

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**A INSERÇÃO FEMININA NOS PROCESSOS MIGRATÓRIOS BRASILEIROS PÓS-
2000**

YASMIN MUSSALEM HADDAD

Matrícula nº 117094095

Orientadora: prof.^a Ana Carolina da Cruz Lima

Rio de Janeiro

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA

YASMIN MUSSALEM HADDAD

Matrícula nº 117094095

**A INSERÇÃO FEMININA NOS PROCESSOS MIGRATÓRIOS BRASILEIROS PÓS-
2000**

Monografia apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob orientação da professora Dr.^a Ana Carolina da Cruz Lima, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Rio de Janeiro

2021

YASMIN MUSSALEM HADDAD

A INSERÇÃO FEMININA NOS PROCESSOS MIGRATÓRIOS BRASILEIROS PÓS-
2000

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Instituto de Economia da Universidade Federal do
Rio de Janeiro, como requisito para a obtenção do
título de Bacharela em Ciências Econômicas.

Rio de Janeiro, 4/7/2021.

ANA CAROLINA DA CRUZ LIMA - Presidente
Professora Dra. do Instituto de Economia da UFRJ

MARGARITA SILVIA OLIVERA
Professora Dra. do Instituto de Economia da UFRJ

ANTONIO LUIS LICHA
Professor Dr. do Instituto de Economia da UFRJ

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade da autora.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais e minha irmã, que sempre me incentivaram e apoiaram nos estudos.

À minha orientadora, Prof. Ana Carolina Lima, pela paciência, incentivos e apoio dados durante todo esse período.

RESUMO

HADDAD, Yasmin Mussalem. A inserção feminina nos processos migratórios brasileiros pós-2000. 61 fls. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Este trabalho analisa a inserção das mulheres nos fluxos migratórios brasileiros após 2000, visando compreender se existe um processo de feminização da migração e tríplice discriminação no mercado de trabalho. Isto é, se a sua cor/raça intersecciona com seu *status* de migrante e sexo, de tal forma que esse grupo de mulheres está mais sujeito à inserção em serviços de maior precariedade e vulnerabilidade social e, conseqüentemente, possui retornos salariais negativos. O estudo é feito a partir da literatura existente e por meio da análise de dados, além da realização de um exercício de determinação salarial. A base de dados utilizada é a da PNAD entre 2002 e 2015. A análise é restrita aos indivíduos com entre 15 e 65 anos. Os resultados mostram que a proporção dos migrantes diminuiu e que a seletividade por sexo continua a ser verificada, a despeito do aumento da participação das mulheres neste processo. Foi possível notar uma expansão significativa dos migrantes pretos e pardos e um aumento das mulheres migrantes que chefiam famílias. Por fim, os resultados dos modelos de regressão demonstraram que fatores como sexo, cor/raça, condição de migrante, chefia de família, escolaridade e formalização possuem impactos importantes sobre a determinação salarial nos anos de 2002 e 2015. Mais especificamente, observa-se que a segmentação laboral relacionada a sexo e cor gera retornos salariais negativos para mulheres pretas e pardas migrantes. Há indícios que o processo de inserção ocupacional deste grupo de mulheres continua a ser extremamente desfavorável, especialmente em contextos de crise econômica.

Palavras-chave: migração feminina; mercado de trabalho; determinação salarial.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1– Proporção de migrantes (Brasil, 2002-2015)	27
Gráfico 2- Proporção de migrantes por sexo (Brasil, 2002-2015)	28
Gráfico 3 - Proporção de migrantes por sexo e cor (Brasil, 2002-2015).....	28
Gráfico 4 - Proporção de mulheres migrantes chefes de domicílio (Brasil, 2002-2015)	29
Gráfico 5 – Escolaridade média para grupos selecionados (Brasil, 2002-2015).....	30
Gráfico 6 - – Proporção de indivíduos com 15 anos de estudo ou mais (Brasil, 2002-2015)..	31
Gráfico 7 - Condição de atividade e situação ocupacional dos migrantes por sexo (Brasil, 2002-2015)	32
Gráfico 8 - Informalidade para grupos selecionados (%) (Brasil, 2002-2015)	33
Gráfico 9 – Principais setores de atividade para homens migrantes (%) (Brasil, 2002-2015).	34
Gráfico 10 - Principais setores de atividade para mulheres migrantes (%) (Brasil, 2002-2015)	34
Gráfico 11– Principais ocupações dos homens migrantes (%) (Brasil, 2002-2015).....	35
Gráfico 12 – Principais ocupações das mulheres migrantes (%) (Brasil, 2002-2015).....	36
Gráfico 13 – Rendimento* do trabalho para grupos selecionados (Brasil, 2002-2015).....	37
Gráfico 14 – Trabalhadores domésticos para grupos selecionados (%) (Brasil, 2002-2015) ..	38
Gráfico 15 – Trabalhadoras domésticas migrantes e não migrantes com carteira assinada (%) (Brasil, 2002-2015).....	39
Gráfico 16 – Idade e proporção de trabalhadoras domésticas migrantes (Brasil, 2002-2015).	40
Gráfico 17- Rendimento dos trabalhadores migrante: trabalhadores domésticos x outras ocupações (Brasil, 2002-2015)	41
Gráfico 18 – Rendimento dos trabalhadores domésticos migrantes por sexo (Brasil, 2002-2015).....	41

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Descrição das variáveis	44
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1– Composição amostral.....	27
Tabela 2 - Composição dos trabalhadores domésticos migrantes	38
Tabela 3 - Modelo 01 de determinação salarial com controle de seletividade de Heckman (Brasil, 2002/2015).....	50
Tabela 4 - Modelo 02 de determinação salarial com controle de seletividade de Heckman (Brasil, 2002/2015).....	51
Tabela 5 - Modelo 03 de determinação salarial com controle de seletividade de Heckman (Brasil, 2002/2015).....	52
Tabela 6 - Modelo 04 de determinação salarial com controle de seletividade de Heckman (Brasil, 2002/2015).....	53
Tabela 7 – Modelo 05 de determinação salarial com controle de seletividade de Heckman (Brasil, 2002/2015).....	54

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 01 - AS TEORIAS MIGRATÓRIAS ORTODOXAS E A MIGRAÇÃO FEMININA.....	13
1.1 As teorias ortodoxas da migração	13
1.2 A importância de analisar a mulher enquanto sujeito migratório.....	16
1.3 Interseções de gênero, classe e cor	18
1.4 A feminização da migração e a economia dos cuidados	20
CAPÍTULO 02 - MIGRAÇÃO FEMININA E INSERÇÃO OCUPACIONAL NOS MERCADOS DE TRABALHO BRASILEIROS	26
2.1 Características não-produtivas dos migrantes	27
2.2 Características produtivas dos migrantes: indicadores de educação	30
2.3 Características produtivas dos migrantes: indicadores ocupacionais.....	31
2.4 Características produtivas dos migrantes: indicadores de renda	36
2.5 Características produtivas dos migrantes: inserção na economia dos cuidados.....	37
CAPÍTULO 03 – MIGRAÇÃO FEMININA E RETORNO SALARIAL	42
3.1 Metodologia	42
3.2 Análise dos resultados.....	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	58

INTRODUÇÃO

A feminização da migração é definida como um aumento quantitativo e qualitativo da presença das mulheres nos fluxos migratórios mundiais. Ela pode ser observada no caso de mulheres que se inserem em fluxos do tipo Sul-Norte global – como no caso das mexicanas e latinas que migram para os Estados Unidos e mulheres da América do Sul que migram para países europeus, como Espanha, Portugal e Itália-, bem como entre os próprios países da América Latina (por exemplo, nicaraguenses na Costa Rica, colombianas no Equador e paraguaias no Brasil).

Atualmente, percebe-se um processo global de feminização da migração, acompanhado de um significativo aumento na demanda por mulheres imigrantes na economia dos cuidados. Por economia dos cuidados, entende-se o setor estereotipado como feminino, que se ocupa de tarefas ligadas ao lar, como os serviços domésticos e os cuidados com idosos e crianças. Compreende-se que essa demanda exacerbada por mulheres migrantes nesse setor em particular é uma das faces da segmentação do trabalho por sexo e uma demonstração da discriminação laboral sofrida pelas mulheres, visto que esses postos são normalmente de baixa remuneração e baixa proteção social.

Considerando essa tendência observada para diversos casos internacionais, que incluem migrantes brasileiras, o objetivo da monografia é verificar o quanto esse processo é válido para as migrações internas no Brasil no período entre 2002 e 2015. Isto é, procura-se entender se existe um processo de feminização das migrações brasileiras e de inserção ocupacional dessas migrantes em postos de baixa qualificação e proteção, especificamente, a economia dos cuidados. Em adição, visa-se entender como o *status* de migrante afeta os salários dessas trabalhadoras.

Mais especificamente, pretende-se compreender como distintas características não-produtivas das migrantes (*cor/raça*) afetam sua inserção ocupacional. Questiona-se: é possível afirmar que a migração, em geral compreendida como um processo que melhora as condições de renda e ocupacionais dos migrantes, não é capaz de reduzir a situação de vulnerabilidade vivenciada pelas mulheres pretas e pardas nos mercados de trabalho brasileiros?

Esta monografia está subdividida em quatro capítulos, além desta introdução. O primeiro capítulo faz um breve resumo da literatura a respeito das teorias ortodoxas da migração, seguido por uma crítica à luz da Economia Feminista, uma defesa da importância das

interseções entre cor, classe e gênero e uma pequena exposição dos fenômenos de feminização da migração e dos cuidados internacionalmente.

O segundo capítulo foca em compreender a inserção das migrantes brasileiras em seus mercados de trabalho através da análise descritiva dos dados da Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios (PNAD) entre 2002 e 2015. Na primeira seção, é feita uma análise das características não produtivas da amostra. A segunda seção aborda os indicadores de educação e a terceira, os indicadores ocupacionais. A quarta seção analisa os indicadores de renda. Por fim, a quinta seção faz uma análise mais detalhada da inserção na economia dos cuidados.

O terceiro capítulo realiza uma análise econométrica, para dois anos específicos, a saber 2002 e 2015, por meio de um modelo de regressão com base nas equações de determinação salarial propostas por Mincer (1974). A existência de possível viés e seleção é considerada na análise, logo, será realizado o ajuste de duas etapas recomendado por Heckman (1979). O objetivo do exercício é mensurar a variação no salário resultante da condição de migrante, usando distintas variáveis produtivas e não produtivas (cor/raça, sexo, setor de atividade, indicadores ocupacionais e indicadores educacionais) como controle.

Em seguida são realizadas as considerações finais da monografia.

CAPÍTULO 01 - AS TEORIAS MIGRATÓRIAS ORTODOXAS E A MIGRAÇÃO FEMININA

O estudo da migração feminina tem se tornado, cada vez mais, um tema relevante. O aumento e participação intensa das mulheres nos fluxos migratórios mundiais demandam uma análise particular e específica sobre a inserção feminina na migração. A primeira parte desse capítulo tem por objetivo fazer uma sucinta apresentação das teorias migratórias ortodoxas. Em seguida, busca-se fazer uma crítica a essas teorias a partir das visões da Economia Feminista e defender a necessidade de uma ótica que englobe as mulheres como agentes ativos e centrais dos processos migratórios. Em terceiro lugar, destaca-se a existência de diversos e distintos coletivos de mulheres, que devem ser analisados de forma separada. Por último, se faz uma análise dos fenômenos da feminização da migração e da inserção das migrantes na economia dos cuidados.

1.1 As teorias ortodoxas da migração

Por conta da natureza multifacetada dos processos migratórios, não existe uma única teoria migratória geral. Na realidade, existem distintas teorias que buscam abarcar os diferentes aspectos –econômico, social, político, cultural, entre outros- da migração e, conseqüentemente, conceituam o processo a níveis de análise distintos.

Dessa forma, a migração pode ser estudada pela ótica nacional, internacional, individual ou familiar, e através de distintos métodos, mas isso não impede, à primeira vista, que essas teorias sejam compatíveis entre si. Portanto, uma boa teoria migratória implica, necessariamente, a incorporação de hipóteses e suposições, níveis de análise e perspectivas variados (MASSEY, ARANGO, HUGO, KOUAOUCCI, PELLEGRINO, TAYLOR, 2000).

A teoria ortodoxa da migração compreende o processo migratório como consequência de diferenciais de renda entre mercados de trabalho geograficamente separados. Isto é, se o indivíduo acredita que existe um ganho de renda entre o local de origem e o de destino que supere os custos de migrar, ele irá fazê-lo. Nesse sentido, pode-se compreender a decisão de migrar como uma alocação eficiente de recursos. Portanto, segundo essa visão, se as diferenças salariais forem eliminadas, o processo migratório irá cessar.

Desse modo, a migração é entendida como um investimento que aumenta a produtividade dos recursos humanos e fatores como sexo, nível de educação e idade dos migrantes em potencial irão influenciar a probabilidade de fazerem parte do processo

migratório. Nesse sentido, a migração é vista como uma ação seletiva, leia-se, esta não é um processo aleatório (LEE, 1966; RAVENSTEIN, 1885).

Por conseguinte, as teorias do tipo *push-pull* conceituam a migração como uma consequência de fatores repulsivos (como baixos salários ou desemprego) ou atrativos (por exemplo, maiores salários e maior oferta de empregos) dos locais de origem e destino dos migrantes em potencial. Em adição, compreende que os fluxos migratórios ocorrem sempre em correntes bem definidas –por conta das rotas de transporte e oportunidades de emprego- e que cada corrente principal apresenta uma contracorrente de força significativa.

Essa visão argumenta que os migrantes respondendo a fatores atrativos no local de destino são positivamente selecionados, enquanto migrantes que respondem a fatores repulsivos no local de origem tendem a ser selecionados negativamente. As regiões podem ser classificadas, desse modo, como regiões de absorção ou repulsão, a depender da diferença no número de emigrantes e imigrantes (LEE, 1966; SJAASTAD, 1972; RAVENSTEIN, 1885).

Consequentemente, entende-se que o volume de migração dentro de um território varia de acordo com o grau de diversidade de suas regiões, das pessoas e com as flutuações econômicas. Em primeiro lugar, afirma-se que o volume de migração dentro de um território varia de acordo com o grau de diversidade das áreas nele contidas. Isso porque se a migração resulta em parte de uma consideração de fatores positivos e negativos na origem e no destino, como ele assume anteriormente, então quanto maior o grau de diversidade das áreas de um território, maior o volume dos fluxos migratórios.

A preposição sobre o volume migratório é que este varia com a diversidade das pessoas. Segundo essa teoria, onde existem grandes similaridades entre as pessoas –em termos de etnia, educação, renda ou tradição- pode-se esperar uma menor taxa de migração se comparado a locais onde há maior diversidade.

Além disso, argumenta-se que o volume migratório varia com as flutuações econômicas. Estas afetam as decisões migratórias de diversas formas, mas em especial quando são alterados os fatores positivos e negativos relacionados aos locais de origem e destino dos migrantes. Períodos de expansão econômica tendem a incentivar a migração para novos centros industriais porque aumentam os fatores de atração associados aos locais de destino, enquanto períodos de recessão tendem a ser um desincentivo à migração, por tornarem os locais de origem mais atrativos (LEE, 1966).

Outra forma de conceituar os processos migratórios é através da ótica familiar. Segundo os teóricos da *New Economics of Labour Migration* (NELM), a decisão de um ou mais membros

da família de migrar, tomada de forma conjunta com seus familiares, constitui uma estratégia de diversificação de riscos, ganhos de renda e fuga de limitações impostas pelas falhas de mercado. O processo migratório, assim, pode ser percebido como uma forma de reduzir a privação de uma família relativamente a outras em seu grupo de referência. Ou seja, compreende-se que o mesmo ganho de renda tem efeitos distintos em famílias com distribuição de rendas diferentes.

Por exemplo, seria possível atingir o objetivo de mitigação de riscos através da migração nos casos em que existe a entrada de um ou mais membros da família em um setor no qual os ganhos são negativamente correlacionados, estatisticamente independentes ou pouco positivamente correlacionados com o setor de origem. Percebe-se, conseqüentemente, que essa abordagem muda o foco do processo migratório de uma independência individual para uma interdependência mútua (STARK e BLOOM, 1985; STARK e TAYLOR, 1991).

Uma das vantagens das teorias da privação relativa é que estas buscam fazer uma ligação entre as causas e os efeitos da migração. Isso porque os modelos anteriores separavam os motivos para se migrar e os efeitos da migração, enquanto na NELM determinados motivos implicam certos efeitos. Por exemplo, se os migrantes optam pelo processo para superar restrições de crédito/risco, um efeito dessa escolha é uma melhora na produção local (TAYLOR, 1999).

Segundo essa visão, os indivíduos que têm maior propensão a migrar são os que possuem renda média. Isso porque, embora os mais pobres tenham maior incentivo a migrar devido à diferença de renda absoluta e privação relativa, em geral estes não podem arcar com os custos e riscos da migração. Ao mesmo tempo, os indivíduos mais ricos têm maior facilidade de lidar com esses custos de riscos, mas têm poucos incentivos, seja por meio de ganhos absolutos ou relativos de renda (DE HAAS, 2007; BLOOM e STARK, 1985; TAYLOR, 2006).

Taylor (2006, p.13) enfatiza que: *“Half of the world’s international migrants are women, whose motives for migrating, constraints, concerns and impacts on sending areas often are different than those of males.”*¹ Sendo assim, o autor busca entender as razões das diferenças nos padrões migratórios entre homens e mulheres. Segundo ele, existem algumas explicações possíveis para tais distinções.

¹ Taylor (2006, p. 13) - Tradução própria: “Metade dos migrantes internacionais são mulheres, que possuem motivos para migrar, restrições, preocupações e impactos sobre as áreas de origem em geral diferentes daqueles dos homens.”

A primeira residiria na divisão sexual do mercado de trabalho do local de destino dos migrantes, como por exemplo, os trabalhadores mexicanos que migram para trabalhar nos setores de construção nos Estados Unidos serem majoritariamente homens. Uma segunda explicação estaria relacionada às leis de imigração dos países de destino (no caso da migração internacional), que poderiam favorecer um ou outro sexo. Por último, existiria também a possibilidade dessa diferença entre os sexos ser explicada pelo nível de desenvolvimento do local de destino dos migrantes, visto que regiões mais desenvolvidas poderiam oferecer às mulheres maiores oportunidades de autonomia e independência.

1.2 A importância de analisar a mulher enquanto sujeito migratório

Em especial a partir da segunda onda do movimento feminista, durante os anos 1970, a relação entre migração e feminismo passou a ganhar mais destaque nos estudos migratórios. As teorias tradicionais tendem a conceber a migração como um processo neutro do ponto de vista do sexo, visto que são indivíduos ou famílias representativas que optam por fazer parte do circuito migratório. Minimizam, assim, as distintas causas, consequências, repercussões e motivações que o processo implica para homens e mulheres.

Consequentemente, diversas autoras feministas começaram a questionar e criticar esses estudiosos. Em suas visões, a forma como os estudiosos ortodoxos percebiam a migração estaria incompleta. Propuseram-se, então, a criar modelos e olhares sobre o processo, que incorporassem as mulheres como agentes ativas e centrais, não mais as relegando ao papel de acompanhantes ou secundárias.

Diversas vezes o estudo dos processos migratórios é descrito como cego ou neutro em relação ao gênero (*gender-blind ou gender-neutral*) –frisando que aqui compreende-se gênero como sinônimo de sexo (DONATO, GABACCIA, HOLDAWAY, MANALANSAN IV, PESSAR, 2006; MOROKVASIC, 1984; PESSAR e MAHLER, 2003; SASSEN, 2002). Isto é, entende-se que as teorias migratórias minimizam as diferentes características que o processo possui para homens e mulheres, colocando os homens economicamente motivados como referencial universal de migrante. Nas palavras de Hondagneu-Sotelo (2011, p. 219): “*Gran parte de la investigación sobre inmigración muestra una ceguera androcéntrica continua hacia los asuntos feministas y de género*”.²

² Hondagneu-Sotelo (2011, p. 219) – Tradução própria: “Grande parte das investigações sobre imigração mostram uma cegueira androcêntrica contínua em relação aos assuntos feministas e de gênero.”

Esse processo se perpetuaria apesar do aumento e significativa participação das mulheres nos processos migratórios globais. Uma explicação possível para essa negligência residiria no fato de que as mulheres migram, muitas vezes, para realizar trabalhos considerados improdutivos (serviços domésticos, cuidados com crianças) ou ilegais (prostituição), que não se encaixam na definição de migração por trabalho (*labour migration*) e, conseqüentemente, não seriam abarcados pelas explicações tradicionais (DONATO et al, 2006; MOROKVASIC, 2015).

Outra possibilidade se encontraria nas relações de poder e hierarquia sexual, tradicionalmente ignoradas. Boyd e Grieco (2003), bem como Peres e Baeninger (2012) questionam, por exemplo, as teorias ortodoxas da migração que argumentam que a explicação para as mulheres migrarem menos residiria em suas obrigações como mães e donas de casa. Isso tornariam o custo de migrar mais elevado que os seus ganhos.

Coletivamente predominaria uma visão dos homens como móveis e chefes de lar (*male breadwinners*) enquanto as mulheres são tratadas com sedentárias, por estarem associadas ao lar e à criação dos filhos. Isso, então, seria justificativa suficiente para entender as mulheres como menos móveis, mesmo que, por exemplo Ravenstein (1885) tenha teorizado que as mulheres possuem maior mobilidade, pelo menos a curtas distâncias. Nesse sentido, as autoras apontam que o imaginário e as associações de gêneros com determinados estereótipos justificariam uma decisão supostamente racional – a de migrar.

Para além, Boyd e Grieco (2003) criticam as teorias mais modernas da migração, que conceituam o fenômeno como uma decisão familiar de maximização de recursos e/ou minimização de riscos. As autoras entendem que existe uma falha nesse argumento: as decisões familiares não são, necessariamente, decisões unificadas e nem igualmente benéficas para todos os membros. Se levadas em contas as relações de poder e hierarquia doméstica, torna-se evidente que os interesses de homens e mulheres não necessariamente serão coincidentes.

Ainda segundo Boyd e Grieco (2003, p.1):

... understanding gender is critical in the migration context. In part because migration theory has traditionally emphasized the causes of international migration over questions of who migrates, it has often failed to adequately address gender-specific migration experiences.³

³ Boyd e Grieco (2003, p.1) – Tradução própria: “... compreender o gênero é crítico em um contexto de migração. Em parte, porque as teorias migratórias tradicionalmente enfatizaram causas da migração internacional no lugar da questão de quem migra, elas falharam frequentemente em abordar experiências específicas de gênero no contexto da migração.”

Destaca-se aqui o papel do gênero como uma estrutura de poder nas relações humanas, que afeta também os indivíduos migrantes. Estes muitas vezes se tornam particularmente conscientes da natureza relacional e contextual do gênero, ao buscarem atender às expectativas de identidade e comportamento do lugar de destino, que podem ser bastante distintas daquelas do lugar de origem. Enfatiza-se, portanto, que cada vez mais, a migração é vista como um fenômeno de gênero (DONATO et al, 2006; PESSAR e MAHLER, 2003).

De qualquer forma, independentemente da razão pela qual as teorias tradicionais ignoram a migração feminina, esta é de suma importância para o desenvolvimento econômico. Sassen (2002) aponta que existem diversos circuitos globais que incorporam cada vez mais migrantes mulheres de países subdesenvolvidos. Embora essas possam ser consideradas um fardo, famílias, comunidades e governos dependem de forma crescente de suas contribuições para a sua sobrevivência.

Desse modo, elucida-se a necessidade de estudar as mulheres enquanto sujeitos centrais do fenômeno migratório. O primeiro passo para uma análise migratória sob a perspectiva de gênero é o estudo dos diferenciais entre homens e mulheres ao longo do processo migratório. Tal forma de exame traria à tona a equidade entre os agentes da migração, visto que as distintas experiências dos migrantes –sociais, políticas, econômicas, culturais- apresentam claros diferenciais por sexo (PERES e BAENINGER, 2012).

Para Morokvasic (2015), a abordagem que trata simultaneamente de migração e sexo trás, gradualmente, novas formas de compreensão do processo migratório. Esse novo enfoque abre, na visão da autora, novos caminhos para entender quem migra, como e porque alguns têm sua mobilidade limitada e outros não, quais trabalhos são considerados relevantes, quais são ignorados, entre outras questões.

Portanto, importa entender, em primeiro lugar, como as mulheres como um todo se distinguem dos homens no contexto migratório brasileiro. Questiona-se, as mulheres são mais ou menos móveis que os homens? Como as mulheres em geral se adaptam aos mercados de trabalho locais, ou seja, qual a magnitude das diferenças salariais e de ocupação que atingem homens e mulheres? Pode-se afirmar que existe um processo de feminização no Brasil?

1.3 Interseções de gênero, classe e cor

Tornada evidente a necessidade da incorporação das mulheres enquanto agentes centrais da migração, é interessante compreender as distinções entre os diversos coletivos de mulheres.

Davis (2011) reforça que gênero, classe e cor são questões inter-relacionadas e incapazes de serem separadas. Em “As mulheres negras na construção de uma nova utopia”, a autora afirma que:

Claro que classe é importante. É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as interseções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras.

A interseccionalidade, portanto, deve ser entendida como uma forma de associação múltipla de distintas discriminações, que interagem entre si. Essa interação possui consequências estruturais e dinâmicas, e trata mais especificamente de como o racismo, o patriarcalismo, o machismo e outras formas de discriminação e segregação criam desigualdades básicas que geram estruturas hierárquicas para os indivíduos com base em sua cor, etnia, classe social, sexualidade, entre outros (CREENSHAW, 2002).

Para Hamilton (2015), a disparidade de gênero na migração mascara uma heterogeneidade significativa no risco de migrar entre homens e mulheres. Tal heterogeneidade possivelmente interage com outros fatores (como nível de educação, classe social, etnicidade), gerando riscos sistêmicos distintos para os sexos, assim como distintos coletivos de homens e mulheres. Ou seja, não só migrantes femininos e masculinos possuem em média riscos desiguais no que tange a migração, mas essa disparidade se dá também entre indivíduos com características sociais distintas dentre um mesmo sexo.

Nesse sentido, entende-se que é a articulação entre os processos de discriminação de gênero, discriminação racial e exploração de classe que torna a posição das mulheres migrantes particularmente vulnerável. Atributos e representações de gênero e de raça combinados atuam como justificativas para empregar a maioria dos migrantes em posições precárias e de baixa remuneração na agricultura, construção, manufatura e serviços, principalmente trabalho doméstico, enfermagem e prestação de cuidados –estes últimos três onde estariam concentradas as mulheres, em especial as não-brancas. Dessa forma, os migrantes em geral são inseridos trabalhos de alta vulnerabilidade, ainda mais no caso das mulheres (LISBOA, 2007; MOROKVASIC, 2015; SASSEN; 2012).

Salienta-se a posição extremamente vulnerável e precária das migrantes pretas e pardas, que estão submetidas a uma tripla discriminação. Entende-se que as mulheres são segregadas e oprimidas por seu *status* de migrantes. Adicionalmente, por conta de sua condição como

mulheres, relegadas a ocupações “tipicamente femininas”, em geral de menor remuneração e proteção social. Ainda, estão submetidas ao racismo, e conseqüentemente ainda mais oprimidas e segregadas que suas companheiras brancas.

Portanto, França (2012) compreende que um passo fundamental nas análises feministas sobre a migração é tentar identificar, interpretar e compreender as causas para as assimetrias entre ambos os sexos, assim como as diferenças entre os distintos grupos de mulheres. Isto é, repensar e recriar os modelos migratórios existentes para se abordar a migração de uma perspectiva feminista. Assim, elucida a necessidade de repensar os motivos pelos quais as mulheres migram, as conseqüências da migração feminina sobre os países de origem e destino destas e suas implicações para as relações de gênero.

Em se tratando especificamente do caso das migrantes brasileiras no cenário internacional, explicita-se que a interação entre gênero, raça e nacionalidade gera um estereótipo que afeta significativamente a inserção dessas mulheres no mercado de trabalho. Nos países do Sul Europeu, como Portugal e Itália, as mulheres brasileiras são representadas recorrentemente pela mídia como selvagens, sexualizadas e eróticas. Esse estereótipo teria suas raízes à época colonial, na qual a “mulher brasileira tropical” foi durante anos associada ao turismo sexual. Nesse sentido, independentemente da cor, as mulheres brasileiras são estereotipadas como mulatas e mestiças (FRANÇA, 2012; PISCITELLI, 2008).

Outro estereótipo associado às mulheres brasileiras, por exemplo nos Estados Unidos, é de dócil, submissa e voltada ao trabalho doméstico. É importante frisar que essa construção não possui somente conseqüências sociais, mas está intrinsecamente ligada às oportunidades que as migrantes encontram nos mercados de trabalho do país de destino. Assim, as migrantes brasileiras acabam atreladas a serviços de cuidados com o lar, crianças ou idosos, ou na indústria sexual. Essas são, em geral, ocupações de menor remuneração e segurança social (FRANÇA, 2012; PISCITELLI, 2008).

Nesse sentido, interessa questionar o quanto essas interseções são válidas para migrantes brasileiras no próprio Brasil. Isto é, o quanto a raça/cor e nível de instrução das migrantes as condicionam a determinadas ocupações quando migrando a nível nacional? Como essas desigualdades podem ser percebidas através de distintos indicadores para desigualdade – renda, ocupação ou inatividade? Questiona-se, ainda, a migração é capaz de gerar melhores condições de vida e trabalho para as mulheres pretas e pardas no Brasil?

1.4 A feminização da migração e a economia dos cuidados

A literatura atual destaca um processo de feminização dos fluxos migratórios, em especial no caso das migrações internacionais. Segundo a ONU⁴, as mulheres representavam 47,9 % dos migrantes internacionais em 2019. No caso da América Latina e Caribe essa porcentagem era ainda mais significativa, 49,9%. Mais especificamente no Brasil, as mulheres representavam 46,5% entre os migrantes internacionais.

Importa aqui elucidar que o conceito de feminização das migrações não engloba somente um aumento quantitativo da presença feminina nos circuitos migratórios. É preciso levar também em consideração uma série de mudanças qualitativas das razões, formas e meios da migração das mulheres, e ainda considerar questões como a inserção econômica e integração social dessas migrantes (FARIA, FERREIRA E PAULA, 2016).

Evidencia-se assim que, no tangente à migração feminina, uma importante questão a ser tratada é a inserção laboral das mulheres migrantes na região de destino. A literatura aponta a existência de uma importante segregação e exclusão dessas mulheres nos mercados de trabalho, fazendo com elas sejam muitas vezes forçadas a trabalhar em um determinado nicho de ocupações, a economia dos cuidados.

Por economia dos cuidados, entende-se o setor, estereotipado como feminino, que se ocupa de tarefas ligadas ao lar, como o serviço doméstico e os cuidados com idosos e crianças. De acordo com a Organização Internacional do trabalho (OIT, p. 6),⁵ “o *care* é amplamente definido por atividades e relações envolvidas no atendimento às necessidades físicas, psicológicas e emocionais de adultos e crianças, idosos e jovens, frágeis e aptos.”

Uma questão relevante a ser destacada é a associação do trabalho de cuidados – cuidar do lar, da limpeza, das crianças e dos idosos- com agentes subalternos e femininos. Em especial, Guimarães, Hirata e Sugita (2011, p. 154) afirmam:

O “cuidar da casa” (ou “tomar conta da casa”), assim como o “cuidar das crianças” (ou “tomar conta das crianças”) ou até mesmo o “cuidar do marido”, ou “dos pais”, têm sido tarefas exercidas por agentes subalternos e femininos, os quais (talvez por isso mesmo) no léxico brasileiro têm estado associados com a submissão, seja dos escravos (inicialmente), seja das mulheres, brancas ou negras (posteriormente).

Compreende-se que essa demanda exacerbada por mulheres migrantes nesse setor em particular é uma das faces da divisão sexual do trabalho e uma demonstração da discriminação

⁴ International Migration Stock 2019.

⁵ Care work and care jobs for the future of decent work. Geneva, [s.n.], 2018.

laboral sofrida por esse coletivo de mulheres, visto que esses postos são normalmente de baixa remuneração e proteção social (DUTRA, 2013; KING-DEJARDIN, 2019; PARELLA RUBIO, 2005; SASSEN, 2002). Indo além, King-Dejardin (2019, p.2)⁶ destaca que: “*The inequalities of gender, race, ethnicity or nationality, class and immigration status are thus intertwined and embedded in migrant care labour and in the migration trajectories of care workers.*”

Dessa forma, pode-se argumentar que a feminização atual dos fluxos migratórios se dá por conta de uma transferência da carga doméstica realizadas pelas mulheres “autônomas” (que trabalham em cargos formais e de alta remuneração), que precisam deixar de realizar essas tarefas em virtude de sua entrada e maior participação destas nos mercados de trabalho, relegando às migrantes trabalhar na posição de cuidadoras e empregadas domésticas para suprir esse vácuo (DUTRA, 2013; PARELLA RUBIO, 2005).

Parella Rubio (2005, p. 99)⁷ afirma que:

La mujer inmigrante es percebida como fuerza de trabajo idónea para realizar el trabajo doméstico remunerado, al tratarse de una actividad socialmente poco valorada, etiquetada como “sucia” y escasamente cualificada, asumida como algo inherente a la condición femenina y a menudo realizada desde la economía informal.

Aponta-se assim, o fenômeno da feminização da força de trabalho nos países periféricos, e, mais especificamente, da feminização da pobreza. Consequentemente, constata-se a existência de um expressivo crescimento das mulheres que migram para trabalhar como cuidadoras, babás, nos serviços domésticos, entre outros. Isso resulta de uma complexa rede de relações socioeconômicas e culturais nas regiões de origem e destino. Ressalta-se ainda que essas funções exercem um papel extremamente importante na incorporação das migrantes no mercado de trabalho na região de destino, visto que são tarefas que não exigem qualificação e são consideradas “trabalho de mulher” (LISBOA, 2007; KING-DEJARDIN, 2019).

Dutra (2013) faz uma análise da experiência das mulheres migrantes internacionais, focando na dimensão de mercado de trabalho. A pesquisa empírica feita pela autora considera mulheres de diversas nacionalidades e destinos: nicaraguenses na Costa Rica, filipinas na Itália,

⁶ King-Dejardin (2019, p.2) – Tradução própria: “As desigualdades de gênero, raça, etnia ou nacionalidade, classe e *status* de imigrante são, consequentemente, entrelaçados e incorporados ao trabalho dos cuidados dos migrantes e às trajetórias de migração dos trabalhadores dos cuidados.”

⁷ Parella-Rubio (2005, p. 99) – Tradução própria: “A mulher imigrante é percebida como a força de trabalho ideal para realizar o trabalho doméstico remunerado, que se trata de uma atividade socialmente pouco valorizada, etiquetada como “suja” e de baixa qualificação, assumida como algo inerente à condição feminina e frequentemente realizada como parte da economia informal”.

colombianas no Equador, brasileiras nos Estados Unidos, paraguaias no Brasil e haitianas na República Dominicana.

Identifica-se que a maior parte dessas mulheres são jovens, com entre 20 e 30 anos, e que dentre o total das mulheres analisadas, 79% estão ocupadas, embora somente 29% estejam no mercado formal. É interessante ressaltar que do total de migrantes analisadas, 29,3% estão empregadas no setor de cuidados (serviço doméstico, limpeza, babá e cuidadora de idosos) e que 22,8% estão ocupadas em vendas/comércio.

Sobre essa questão, Dutra (2013, p. 189) destaca:

Ao analisar as diversas ocupações, antes e depois da migração, pode-se sustentar que existe uma identidade profissional feminina para todas as migrantes que participaram da pesquisa. São profissões culturalmente consideradas como tarefas “típicas” da mulher, pois lhe são atribuídas no contexto da divisão internacional e sexual do trabalho. Trata-se de tarefas que dizem respeito, por exemplo, a cuidar dos outros (babá, cuidado de idoso), tarefas associadas ao espaço “reprodutivo” (dona de casa) e tarefas que, apesar de localizadas no que se considera espaço “produtivo”, detêm uma marca fortemente feminina (vendas, confecção, cozinheira).

De acordo com os dados sobre o mercado de trabalho espanhol em 2004 analisados por Parella Rubio (2005), o setor de serviços concentrava 85,1% das mulheres migrantes, enquanto para os homens esse percentual chegava somente a 47,1%. Destaca-se, ainda, que 20,2% das migrantes espanholas estavam empregadas no setor de cuidados domésticos (*hogares que emplean personal doméstico*), 19,9% no setor de hotelaria e 13,8% no comércio.

A pesquisa destaca ainda a baixa mobilidade entre as trabalhadoras migrantes, visto que 81,8% das mulheres empregadas em serviços domésticos e 51,6% das empregadas no setor de hotelaria atuavam nessas mesmas áreas antes de migrar.

Segundo a autora, a abrangência das possibilidades de emprego é muito mais estreita para as mulheres migrantes em comparação com suas contrapartes masculinas. Além disso, a sobre representação das migrantes em atividades de pouca ou nenhuma regulação formal e na economia informal, repercute em uma menor independência econômica e um acesso desigual aos recursos econômicos (PARELLA RUBIO, 2005).

Rodrigues (2017) destaca que a inserção laboral das mulheres migrantes na Espanha ocorre em postos de trabalho flexíveis e de baixa remuneração, porque elas são submetidas a uma dupla discriminação. Isso é evidenciado pelo fato de que, em 2013, o salário médio anual⁸

⁸ Fonte: Encuesta Anual de Estructura Salarial. Serie 2008-2013 apud Rodrigues (2017).

das trabalhadoras migrantes era aproximadamente 33% menor em comparação ao das trabalhadoras espanholas e em torno de 42% menor do que o salário médio da economia.

De acordo com um estudo feito pela Organização Internacional do Trabalho (OIT)⁹, a partir de estatísticas nacionais para o ano de 2013, entre 67,1 milhões de trabalhadores domésticos no mundo, um sexto (11, 5 milhões) é migrante. No caso específico da América Latina e do Caribe, 11,7% dos trabalhadores domésticos é migrante.

O relatório enfatiza que o trabalho doméstico remunerado é uma fonte de trabalho muito mais importante para as mulheres migrantes do que para os homens, visto que 74,3% de todos os trabalhadores domésticos migrantes são mulheres. Além disso, o estudo destaca que os trabalhadores domésticos migrantes estão extremamente concentrados nos países de renda alta, representando 66% do total de trabalhadores domésticos remunerados.

Segundo outro relatório feito pela OIT¹⁰ em 2015, o trabalho doméstico é uma fonte significativa de emprego na América Latina, representando 6% de todos os trabalhadores (quase 18 milhões). Vale destacar que, destes, 88% são mulheres. O relatório aponta ainda que os migrantes representam 17,2% de todos os trabalhadores domésticos da região. Isto sugere que este é um importante ponto de entrada para os mercados de trabalho dos países de destino, especialmente para as mulheres, que representam 92% de todos os trabalhadores domésticos migrantes.

As mesmas questões vistas para o caso da migração internacional também podemos ser observadas no tangente às migrações internas. Em “Cuidado e cuidadoras: o trabalho de *care* no Brasil, França e Japão”, destaca-se que o Brasil possui uma peculiaridade no caso das trabalhadoras de *care* (tanto domésticas como cuidadoras de idosos): a maior parte delas é brasileira, isto é, migrantes internas (em geral, oriundas do Nordeste, de Minas Gerais, do Paraná e de Santa Catarina). O estudo ainda enfatiza que o trabalho das cuidadoras no Brasil possui três características importantes: baixa remuneração, baixa proteção social e com limitadas perspectivas de carreira.

Considerando todo esse arcabouço, vale questionar como ocorre a inserção atual das mulheres migrantes no mercado de trabalho brasileiro. Em primeiro lugar, é possível afirmar que as migrantes internas estão condicionadas a padrões similares de inserção laboral em relação às migrantes internacionais? Ou seja, percebe-se uma concentração desse coletivo de mulheres na economia dos cuidados no caso brasileiro?

⁹ King-DeJardin (2019).

¹⁰ Gallotti (2015).

Uma segunda questão é entender como questões de cor e nível de escolaridade interferem na inserção laboral das migrantes no Brasil. Pode-se afirmar que existe tríplice discriminação no caso das migrantes interna, no sentido de que elas sofrem segregação laboral por serem migrantes, mulheres e pela cor de pele/raça?

CAPÍTULO 02 - MIGRAÇÃO FEMININA E INSERÇÃO OCUPACIONAL NOS MERCADOS DE TRABALHO BRASILEIROS

Para traçar o perfil das migrantes brasileiras e identificar seu padrão de inserção nos mercados de trabalho das localidades de destino, são analisados os microdados da PNAD, fornecidos pelo IBGE, para o período 2002-2015 (exceto 2010, ano censitário).

A PNAD é uma pesquisa amostral focada nas características gerais da população e informações sobre educação, trabalho, rendimento e habitação. Além disso, possibilita a captação dos fluxos migratórios entre Unidades da Federação e outros dados sobre migração.

O critério “última etapa” é utilizado para definir a condição de migração individual. Os quesitos lugar de residência na data de referência da pesquisa e tempo de residência nesta localidade são combinados para definir quem são os migrantes. Assim, migrante é o indivíduo que reside há no máximo 04 anos na UF de realização da pesquisa, independentemente de seu local de nascimento.

Ressalta-se que foram realizados os seguintes recortes para diminuir o grau de heterogeneidade amostral: (i) foram mantidos na base somente indivíduos com idade entre 15 e 65 anos, pois o interesse é analisar a inserção dos migrantes no mercado de trabalho; (ii) os indivíduos que se declaram indígenas e amarelos foram excluídos em virtude de sua pequena participação no total da amostra; e (iii) foram excluídos indivíduos residentes em domicílios improvisados, coletivos ou sem chefe.

A Tabela 01 apresenta a composição amostral por ano e o Gráfico 01, a evolução da proporção dos migrantes durante o período analisado. Observa-se uma redução da importância relativa dos migrantes. Essa tendência pode estar relacionada ao aumento da incerteza referente às possibilidades de inserção ocupacional em um contexto de retração da atividade econômica, conforme salientam Lima, Simões e Hermeto (2016).

Tabela 1– Composição amostral

	Não migrantes	Migrantes	Amostra
2002	240.091	11.679	251.770
2003	241.589	11.646	253.235
2004	251.927	11.521	263.448
2005	258.966	11.990	270.956
2006	262.532	11.357	273.889
2007	257.533	10.609	268.142
2008	253.341	10.943	264.284
2009	260.265	10.917	271.182
2011	236.079	9.775	245.854
2012	238.924	10.169	249.093
2013	240.082	9.796	249.878
2014	241.404	9.876	251.280
2015	239.078	8.610	247.688

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD (2002 a 2015).

Gráfico 1– Proporção de migrantes (Brasil, 2002-2015)



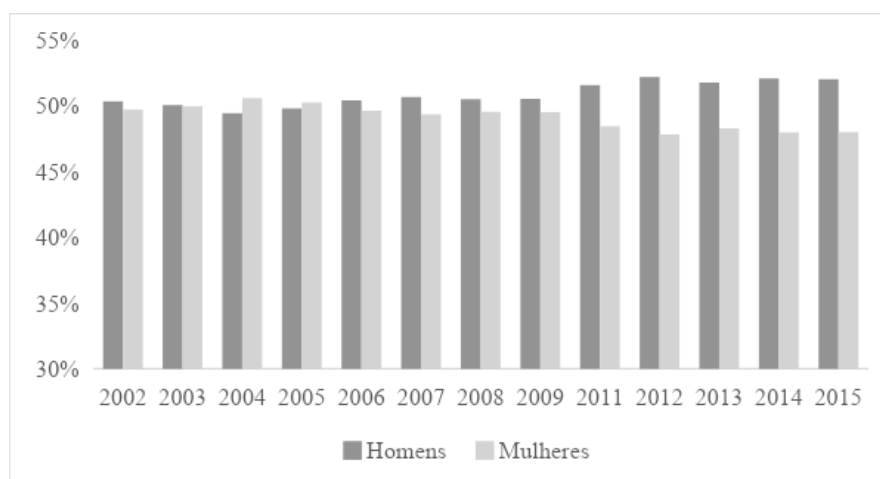
Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD (2002 a 2015).

2.1 Características não-produtivas dos migrantes

Inicialmente, busca-se fazer uma caracterização geral da amostra. Para isso, é feita uma análise do perfil dos migrantes por sexo e cor/raça.

O Gráfico 02 informa que as mulheres representam em média 49,1% dos migrantes contra 50,9% dos homens. Há indícios de que a seletividade por sexo, que havia diminuído na primeira metade da década de 2000, voltou a se expandir. Ou seja, apesar da relativa estabilidade da razão entre homens e mulheres migrantes, os dados mais recentes indicam um provável viés de seleção amostral que tende a favorecer os homens (SJAASTAD, 1962).

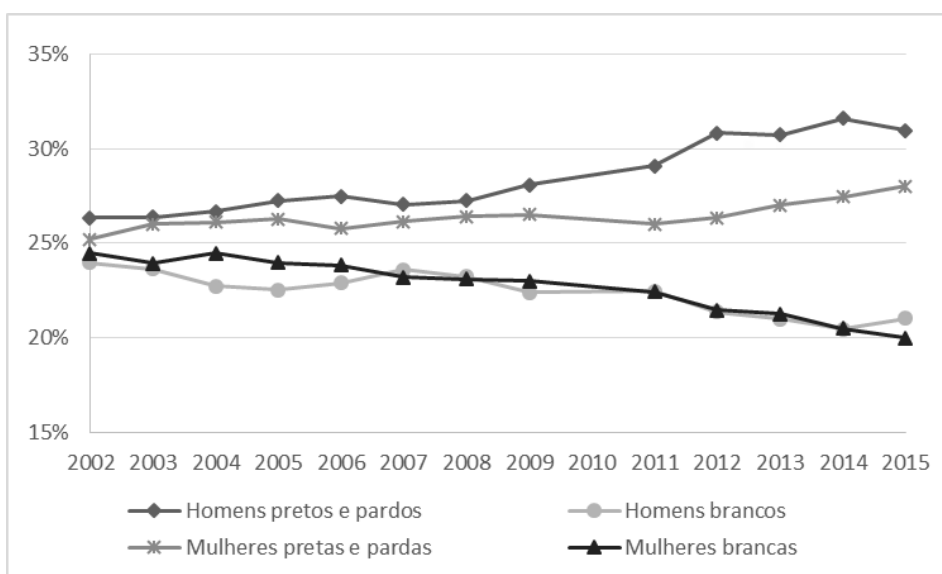
Gráfico 2- Proporção de migrantes por sexo (Brasil, 2002-2015)



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD (2002 a 2015).

Para uma análise mais específica, o Gráfico 03 traça um perfil dos migrantes por cor/raça. Observa-se, ao longo do período 2002-2015 um aumento da participação de homens e mulheres pretos e pardos (respectivamente, 05 e 03 pontos percentuais) em detrimento de indivíduos brancos. A análise descritiva dos dados parece indicar a redução da seletividade por cor, característica historicamente observada nas principais trajetórias migratórias brasileiras (LIMA *et al.*, 2016).

Gráfico 3 - Proporção de migrantes por sexo e cor (Brasil, 2002-2015)

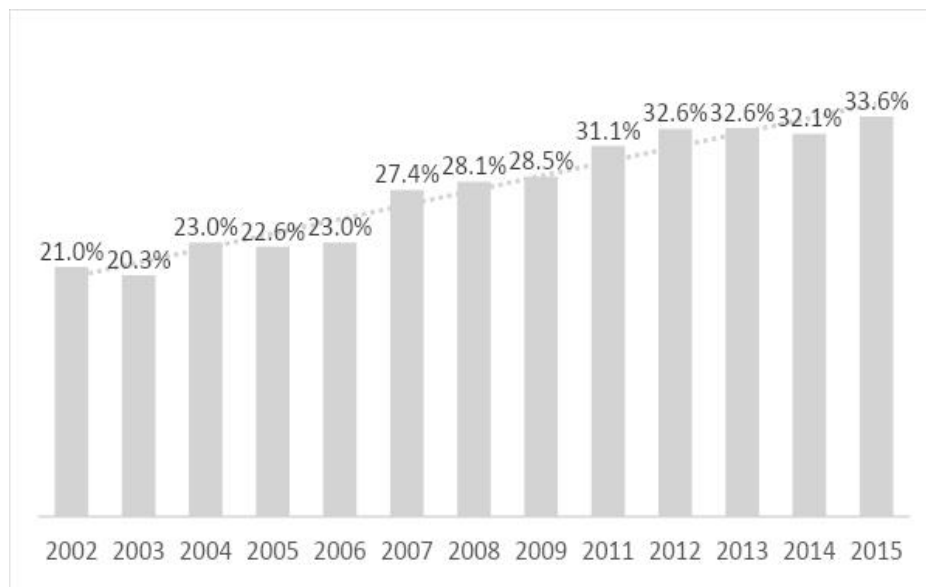


Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD (2002 a 2015).

Entre os migrantes, observa-se, por intermédio do Gráfico 04, que houve uma expansão significativa (aproximadamente 13 p.p.) da proporção de mulheres migrantes chefes de domicílio (de 21% em 2002 para 33,6% em 2015), com média um pouco inferior àquela observada para as mulheres não migrantes (27,4% *versus* 31,8%, respectivamente). Ou seja, apesar de os homens continuarem a desempenhar majoritariamente essa função (proporção média igual a 72,6% para migrantes e 68,2% para não migrantes), é inegável o aumento da quantidade de domicílios chefiados por mulheres no Brasil, fenômeno provavelmente relacionado à dinamização da inserção ocupacional feminina.

Esse aumento ajuda a sustentar a ideia de que as mulheres participam mais ativamente dos fluxos migratórios e desempenham cada vez menos papel secundário ou passivo (HONDAGNEU-SOTELO, 2011; DONATO et al, 2006). Mais especificamente, os dados dão suporte ao argumento de uma feminização da migração defendido por Faria, Ferreira e Paula (2016), visto que existe um aumento qualitativo da participação das mulheres no processo migratório. Nas palavras de Lisboa (2007, p.807): “...70% dos pobres de todo o mundo são mulheres, que, por sua vez, têm despontado nos cenários da migração interna (nacional) e externa (internacional) como sujeitos autônomos, em busca de melhores condições de vida para si e para seus filhos.”

Gráfico 4 - Proporção de mulheres migrantes chefes de domicílio (Brasil, 2002-2015)



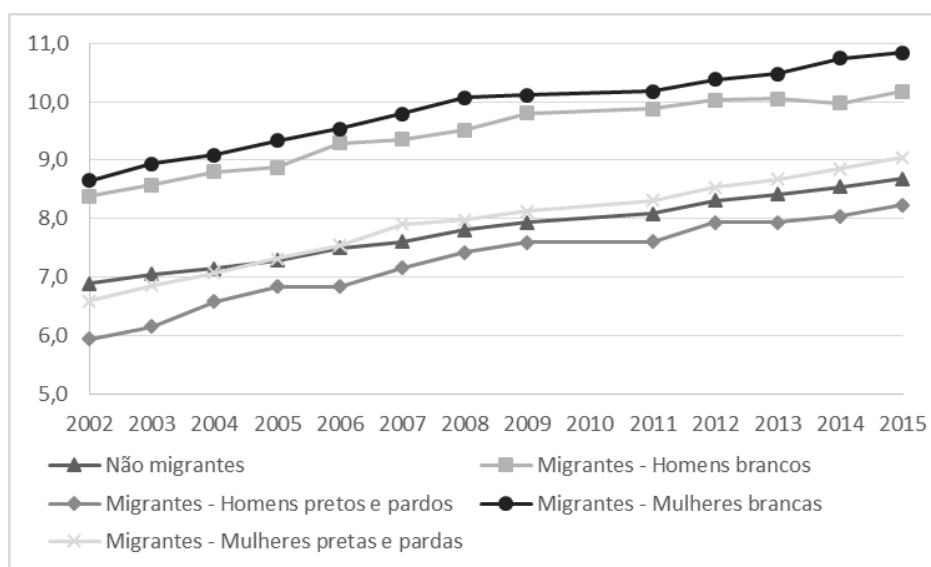
Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD (2002 a 2015).

2.2 Características produtivas dos migrantes: indicadores de educação

As migrantes brancas possuem os maiores níveis de educação entre os grupos selecionados, durante todo o período analisado (Gráfico 05). Além disso, as mulheres migrantes possuem mais anos de estudo que suas contrapartes masculinas da mesma cor/raça e os migrantes, à exceção dos homens pretos e pardos, são tão ou mais escolarizados que os não migrantes durante todos os anos.

Hamilton (2015) sugere que a discriminação laboral sofrida pelas mulheres no mercado de trabalho das suas regiões de origem as faz perceber maiores retornos sobre o seu capital humano ao migrar para o local de destino. Essa seria uma explicação possível para o nível educacional mais alto das migrantes femininas em relação às suas contrapartes masculinas.

Gráfico 5 – Escolaridade média para grupos selecionados (Brasil, 2002-2015)



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD (2002 a 2015).

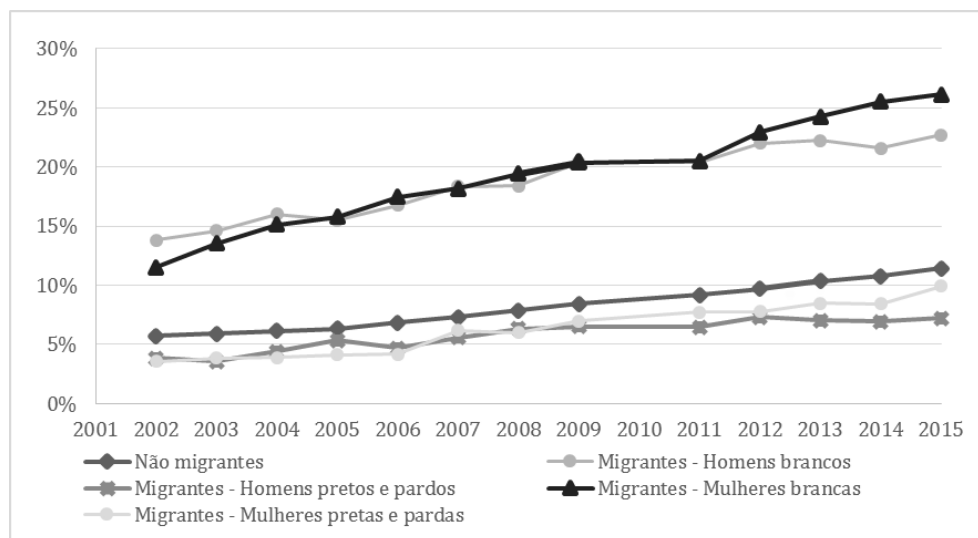
O Gráfico 06 revela que o percentual de mulheres e homens da mesma cor/raça com 15 ou mais anos de escolaridade permanece bastante próximo entre 2002 e 2012, momento em que a proporção de migrantes femininas altamente escolarizadas começa a crescer em relação aos homens.

Ressalta-se ainda a enorme disparidade nessa porcentagem entre migrantes de distintas cores/raça, que parece estar aumentando. Por exemplo, as mulheres brancas com 15 ou mais anos de escolaridade representavam aproximadamente 8 pontos percentuais (11,5% vs 3,6%) a

mais que as pretas e pardas em 2002, e em 2015 essa distância aumenta para 16 pontos (26,1% vs 9,9%).

Para além, é possível notar que a porcentagem de migrantes brancos – independentemente do sexo- com 15 ou mais anos de escolaridade supera sempre a de não migrantes, enquanto o contrário é verdade para os migrantes pretos e pardos.

Gráfico 6 - - Proporção de indivíduos com 15 anos de estudo ou mais (Brasil, 2002-2015)

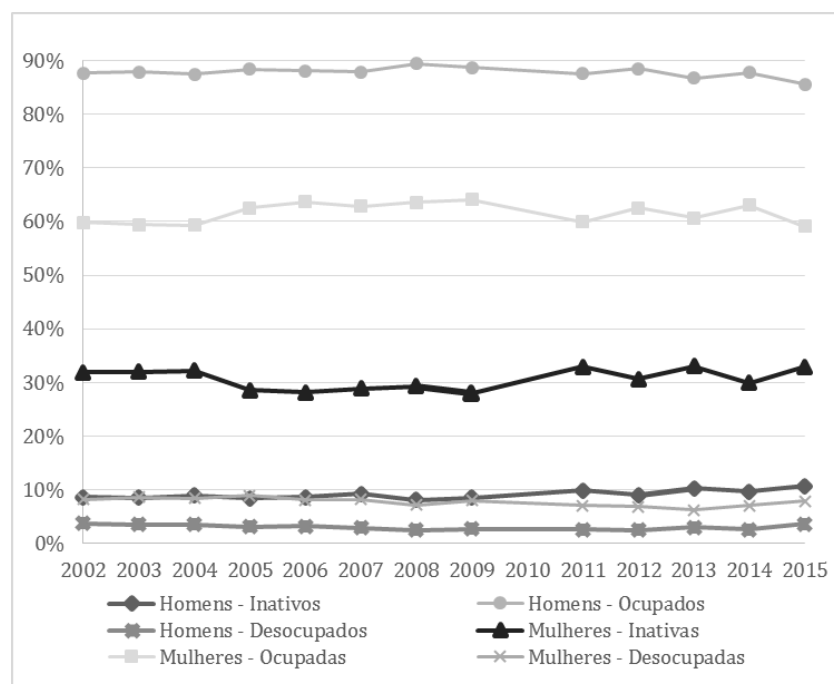


Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD (2002 a 2015).

2.3 Características produtivas dos migrantes: indicadores ocupacionais

A análise do Gráfico 07 indica que um percentual muito maior das mulheres se encontra inativo em comparação aos homens entre 2002 e 2015 (a diferença sendo sempre de pelo menos 20 pontos percentuais). Em se tratando da situação ocupacional dos migrantes, é possível observar também uma diferença significativa entre os sexos. O percentual de homens desocupados oscila entre 2,5% e 3,8% em todos os anos, enquanto para as mulheres esse número fica entre 6,2% e 8,9 %.

Gráfico 7 - Condição de atividade e situação ocupacional dos migrantes por sexo (Brasil, 2002-2015)



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD (2002 a 2015).

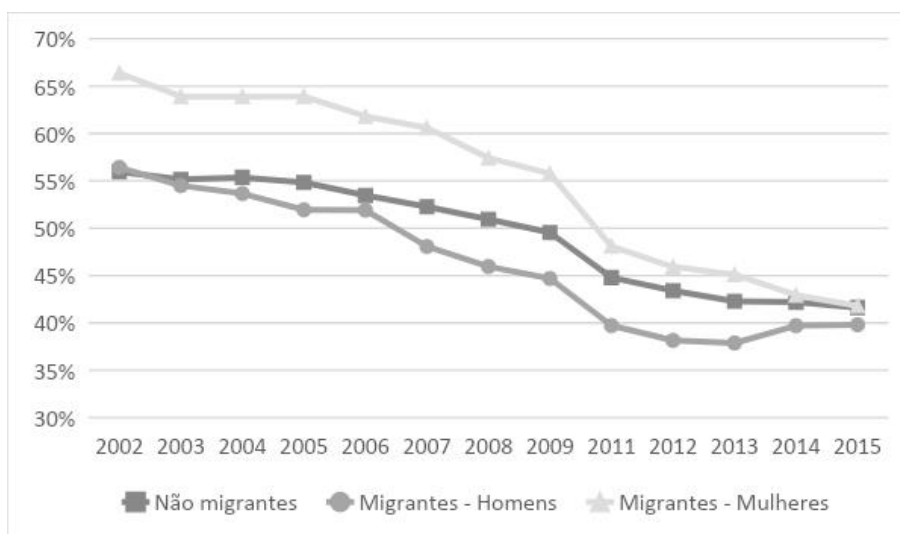
Para mensurar a informalidade entre os grupos selecionados, foi construída uma variável proxy a partir dos quesitos “posição na ocupação no trabalho principal” e “contribuição para instituto de previdência no trabalho principal” da PNAD. Assim, são considerados trabalhadores informais aqueles que declararam uma das seguintes opções: empregado sem declaração de Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), trabalhador doméstico sem declaração de CTPS, trabalhador conta-própria não contribuinte para instituto de previdência, empregador sem contribuição para instituto de previdência, trabalhador sem remuneração, trabalhador na produção para consumo próprio e trabalhador na construção para uso próprio.¹¹

O Gráfico 08 permite a observação do percentual de indivíduos em situação de informalidade entre 2002 e 2015. É interessante perceber a disparidade inicial entre homens e mulheres migrantes inseridos no setor informal (10 pontos percentuais a mais no caso das mulheres em 2002), que cai de forma acelerada a partir de 2012 (chegando a 2 pontos percentuais em 2015). Aponta-se que, por estarem mais sujeitas ao desemprego e à informalidade laboral do que os homens, as mulheres migrantes possuem uma delicada posição

¹¹ Os trabalhadores formais são aqueles que declararam as seguintes opções: empregado com declaração de CTPS, funcionário público estatutário, militar, trabalhador doméstico com declaração de CTPS, trabalhador conta-própria com contribuição para instituto de previdência e empregador com contribuição para instituto de previdência.

de vulnerabilidade social, como argumentam Dutra (2003), Morokvasic (2015) e Parella Rubio (2005).

Gráfico 8 - Informalidade para grupos selecionados (%) (Brasil, 2002-2015)



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD (2002 a 2015).

Os Gráficos 09 e 10 mostram a evolução das principais ocupações dos homens e mulheres migrantes, respectivamente, ao longo dos anos. As três principais ocupações no qual estão inseridos os migrantes do sexo masculino são comércio, construção civil e agricultura. No tangente às mulheres migrantes, observa-se uma concentração destas nas atividades de serviços domésticos, educação e saúde e comércio.

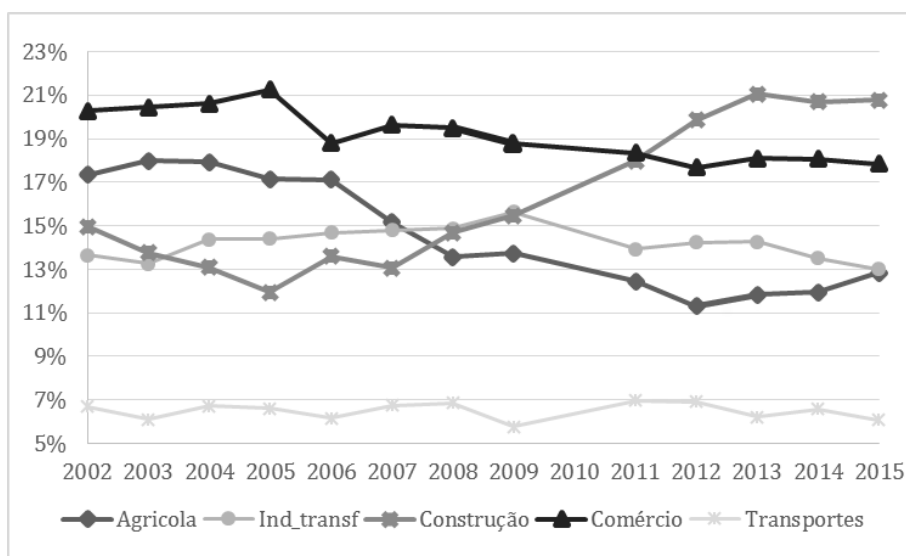
Interessa apontar que os homens e mulheres migrantes realizam atividades tipicamente associadas a seus sexos. Enquanto o setor agrícola e a construção são percebidos socialmente como ocupações masculinas, os serviços domésticos e a saúde e educação são estereotipados como femininos (associados aos cuidados com o lar, os idosos e as crianças).

Diversas autoras (BOYD e GRIECO, 2003; DUTRA, 2005; LISBOA; 2007; RODRIGUES, 2017) ressaltam que os estereótipos de sexo afetam fortemente o tipo de trabalho a ser realizado pelas migrantes. Isto é, a associação da mulher com o papel de dona de casa e responsável pelos filhos acaba por condicionar as migrantes a atuarem em empregos tidos como femininos. Essa análise é condizente com os dados acima analisados.

A afirmação de que as mulheres migrantes estão restritas a poucos setores e possuem, assim, um leque de possibilidades de trabalho reduzido em comparação aos homens, aventada por Parella Rubio (2005, p. 119), não é sustentada pela análise dos dados anteriores. Enquanto, na média do período, 77,2% dos migrantes masculinos estão concentrados em 5 principais ocupações, a porcentagem para as migrantes femininas é bem menor, de 50,8%.

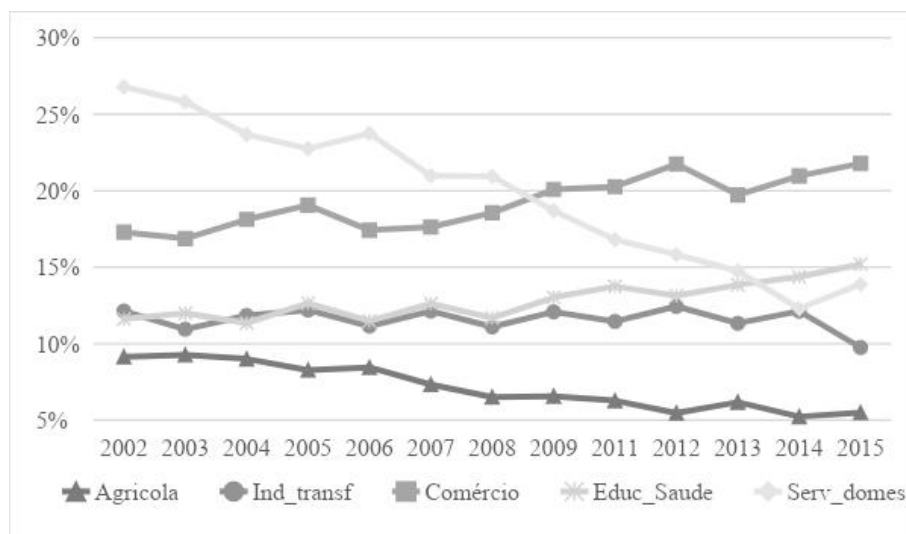
Por último, é possível perceber uma queda significativa do percentual de mulheres migrantes ocupadas com o serviço doméstico entre 2002 e 2015; em 2002, esse percentual era de 28,6% e em 2015, cai para 13,9%. A diminuição da importância do trabalho doméstico para as mulheres migrantes vai de encontro ao que estaria ocorrendo no resto da América Latina segundo a CEPAL (2020), que entende a inserção na economia dos cuidados e nos serviços domésticos, mais especificamente, como uma importante razão para a feminização da migração na América Latina.

Gráfico 9 – Principais setores de atividade para homens migrantes (%) (Brasil, 2002-2015)



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD (2002 a 2015).

Gráfico 10 - Principais setores de atividade para mulheres migrantes (%) (Brasil, 2002-2015)



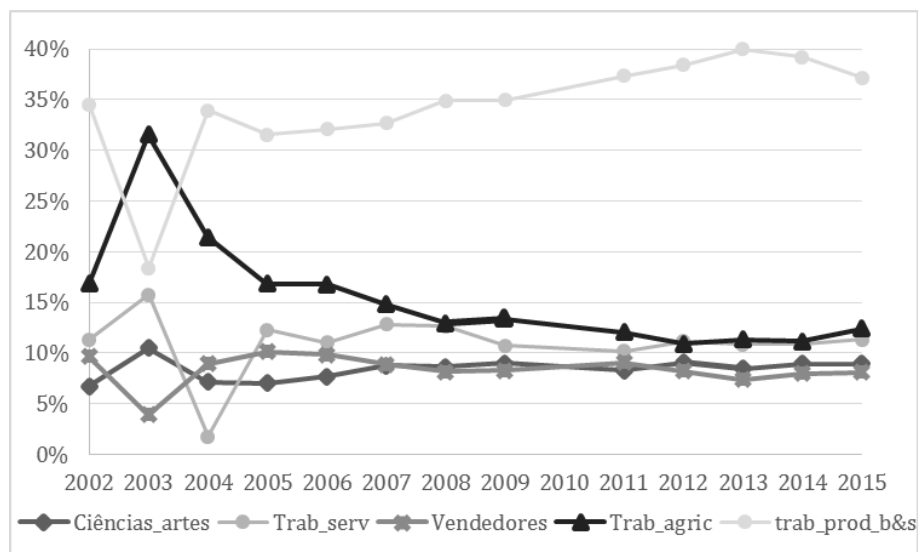
Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD (2002 a 2015).

Os Gráficos 11 e 12 apontam que os homens migrantes estão majoritariamente ocupados com a produção de bens e serviços e com o trabalho agrícola, enquanto as mulheres estão inseridas principalmente nas ocupações dos trabalhos de serviços e como vendedoras.

Esses resultados são consistentes com as análises feitas por Parella Rubio (2005) para o mercado de trabalho espanhol e por Dutra (2013) para nicaraguenses na Costa Rica, filipinas na Itália, colombianas no Equador, brasileiras nos Estados Unidos, paraguaias no Brasil e haitianas na República Dominicana.

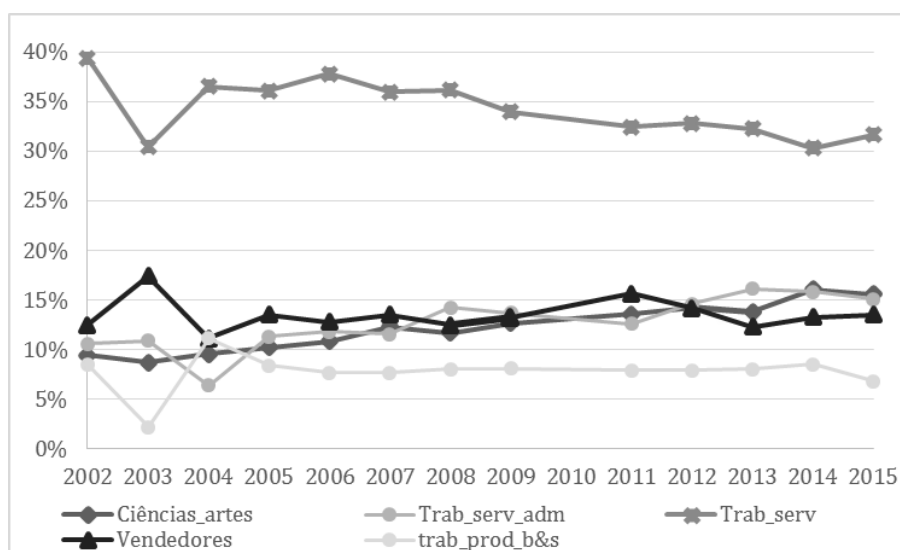
Parella Rubio (2005, p.120) destaca que o setor de concentração das mulheres migrantes é o de serviços (85,10%), especialmente os serviços domésticos (20,20%), o setor de hotelaria (19,90%) e o comércio (13,80%). Já a pesquisa feita por Dutra (2013, p.188-189) aponta que 29,3% das migrantes estão empregadas no setor de cuidados (serviço doméstico, limpeza, babá e cuidadora de idosos) e 22, 8% estão ocupadas em vendas/comércio.

Gráfico 11– Principais ocupações dos homens migrantes (%) (Brasil, 2002-2015)



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD (2002 a 2015).

Gráfico 12 – Principais ocupações das mulheres migrantes (%) (Brasil, 2002-2015)



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD (2002 a 2015).

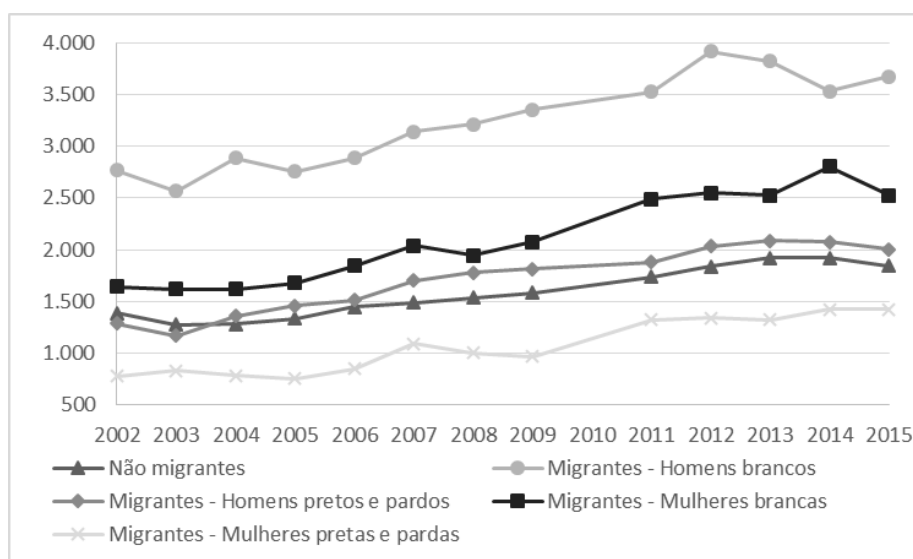
2.4 Características produtivas dos migrantes: indicadores de renda

O rendimento do trabalho no período 2002-2015 para grupos selecionados é apresentado no Gráfico 13. Percebe-se que, durante todo o período, os homens brancos (rendimento médio de R\$ 3.232,5) possuem uma renda superior a todos os outros grupos. Eles são seguidos pelas mulheres brancas, e posteriormente pelos homens pretos e pardos, e por último, estão as mulheres pretas e pardas. O rendimento médio dos três últimos grupos é de R\$2.103,2, R\$1.704,9 e R\$1.068,1, respectivamente.

Em adição, observa-se que os migrantes brancos possuem rendimentos maiores que os não migrantes. Já os migrantes pretos e pardos são o caso oposto, sendo a sua renda do trabalho menor do que a média dos não migrantes. Essa distinção parece apontar para o fato de os migrantes brancos serem mais positivamente selecionados (ou seja, responderem a fatores de atração na região de destino, como maior remuneração ao capital humano) ao passo que os migrantes pretos e pardos seriam mais negativamente selecionados (isto é, respondem a fatores de repulsão na região de origem).

Quanto ao rendimento das mulheres, ressalta-se que elas possuem rendimentos muito inferiores aos homens da mesma cor. A renda de trabalho das migrantes brancas na média do período representa 65,06% do rendimento dos homens brancos, enquanto as mulheres negras recebem em média 62,64% do rendimento dos homens pretos e pardos e 33,04% do rendimento dos homens brancos.

Gráfico 13 – Rendimento* do trabalho para grupos selecionados (Brasil, 2002-2015)



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD (2002 a 2015).

(*) R\$ 2017

2.5 Características produtivas dos migrantes: inserção na economia dos cuidados

A Tabela 02 indica a composição por sexo dos trabalhadores migrantes empregados em serviço doméstico. É possível perceber que as mulheres representam a maioria (92,1% em média) dos trabalhadores domésticos. Essa porcentagem é bastante próxima àquela verificada pela CEPAL (2020)¹² para a média dos países latino-americanos (92%), sendo bem mais alta que a proporção encontrada na média mundial (73,40%) medida pela OIT (2015).

O Gráfico 14 informa o percentual de trabalhadoras domésticas no total dos trabalhadores para alguns grupos selecionados. Observa-se que as migrantes pretas e pardas são o grupo com maior proporção de trabalhadores domésticos no total (em média 26,45%) seguidas pelas mulheres brancas (com uma média de 12,3% no período). É interessante notar, ainda, que a inserção no serviço doméstico para os homens, tanto brancos quanto pretos e pardos, é pouco significativa, ficando abaixo de 2% em todos os anos.

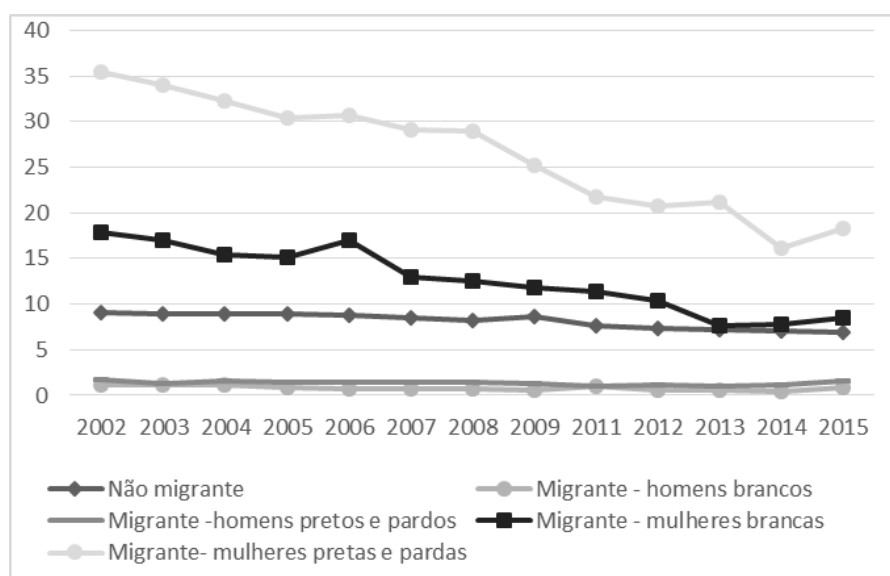
¹² VALENZUELA, ME., SCURO, M.L., TRIGO, I.L.

Tabela 2 - Composição dos trabalhadores domésticos migrantes

	Homens	Mulheres	Total
2002	76	926	1.002
2003	66	893	959
2004	70	816	886
2005	62	856	918
2006	55	852	907
2007	53	690	743
2008	57	721	778
2009	47	647	694
2011	45	477	522
2012	41	481	522
2013	37	423	460
2014	45	367	412
2015	41	339	380

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD (2002 a 2015).

Gráfico 14 – Trabalhadores domésticos para grupos selecionados (%) (Brasil, 2002-2015)



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD (2002 a 2015).

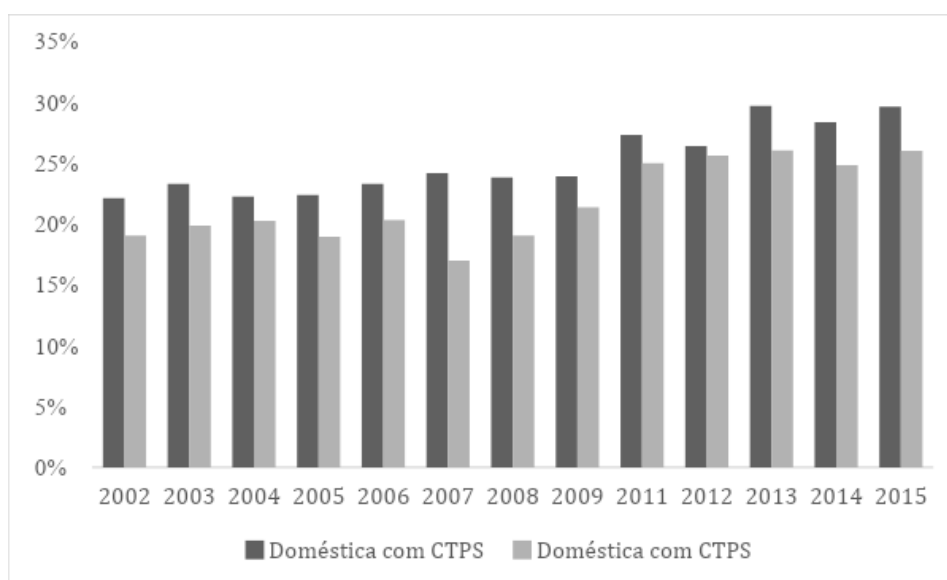
Uma comparação entre as trabalhadoras domésticas migrantes e não migrantes, observando os percentuais de trabalhadoras com carteira de trabalho assinada para cada grupo entre 2002 e 2015, é apresentada no Gráfico 15. É interessante notar o baixo nível de formalização do trabalho doméstico no período e, ainda mais, as significativas diferenças nesse número para migrantes e não migrantes.

Em média, 25,10% das trabalhadoras domésticas não migrantes estavam formalizadas, enquanto para as migrantes esse número é de 21,76%. Observa-se que as trabalhadoras domésticas migrantes possuem situação laboral ainda mais precária que suas companheiras não migrantes (maiores níveis de informalidade).

Vale observar que o percentual de domésticas formalizadas apresenta uma tendência de crescimento durante o período que se mantém mesmo durante a crise de 2008 e os anos subsequentes de recessão.

Assim, a análise conjunta dos Gráficos 14 e 15 parece estar em consonância com a hipótese de que as mulheres migrantes pretas e pardas sofrem tríplice discriminação no mercado de trabalho. Isto é, a sua cor/raça intersecciona com seu *status* de migrante e sexo fazendo com que esse grupo específico de mulheres esteja mais sujeito inserção em serviços de maior precariedade e vulnerabilidade social (FRANÇA, 2012).

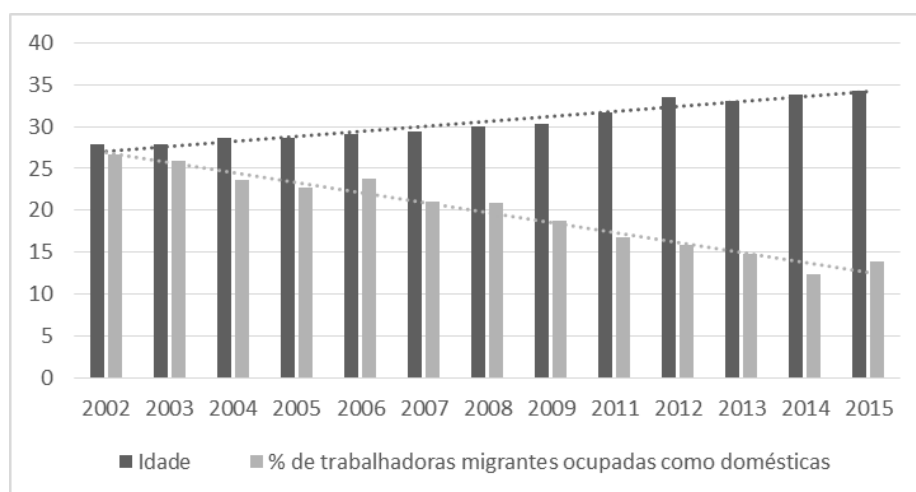
Gráfico 15 – Trabalhadoras domésticas migrantes e não migrantes com carteira assinada (%) (Brasil, 2002-2015)



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD (2002 a 2015).

A análise do Gráfico 16 aponta um crescimento na idade média das trabalhadoras domésticas migrantes entre 2002 e 2015. Nota-se que, em 2002, a idade média dessas trabalhadoras ficava próxima de 28 anos e, em 2015, essa idade já era quase de 34 anos. Além disso, o Gráfico mostra uma queda na proporção das empregadas domésticas no total de trabalhadoras migrantes no período analisado. Em 2002, 26,68% das trabalhadoras migrantes estava empregada nos serviços domésticos; em 2015 esse percentual caiu mais de 8 pontos percentuais, chegando a 13,87%. Esses dois elementos colaboram com a possibilidade aventada por Bruno, Silva e Martins (2020) de que as novas gerações de mulheres buscam alternativas de emprego, com maior seguridade e direitos trabalhistas.

Gráfico 16 – Idade e proporção de trabalhadoras domésticas migrantes (Brasil, 2002-2015)

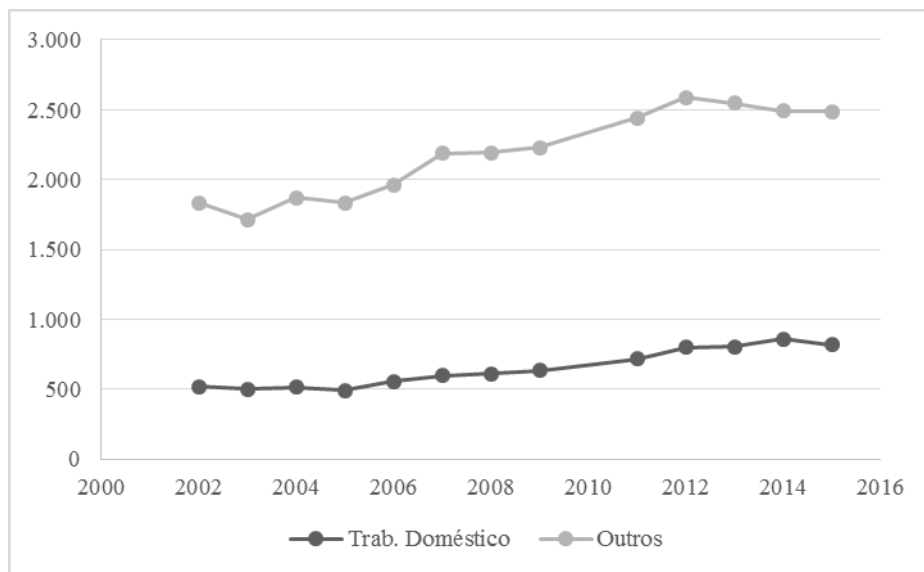


Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD (2002 a 2015).

Uma comparação do rendimento do trabalho dos migrantes que estão inseridos nos serviços domésticos e aqueles que não estão é realizada no Gráfico 17. Percebe-se que os trabalhadores domésticos migrantes possuem uma remuneração muito inferior à média dos outros trabalhadores, embora ambos apresentem uma tendência de aumento a partir de 2005. Mais especificamente, o Gráfico 18 aborda a diferença de remuneração dos trabalhadores domésticos migrantes por sexo. Destaca-se que, apesar de representarem somente 8% dos trabalhadores domésticos, os homens migrantes possuem uma remuneração em média R\$247,29 maior do que as mulheres nessa ocupação.

A análise conjunta dos dois gráficos reforça a situação de vulnerabilidade e segregação ocupacional sofrida pelas mulheres migrantes no Brasil, em particular, aquelas inseridas na economia dos cuidados.

Gráfico 17- Rendimento dos trabalhadores migrante: trabalhadores domésticos x outras ocupações (Brasil, 2002-2015)



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD (2002 a 2015).

Gráfico 18 – Rendimento dos trabalhadores domésticos migrantes por sexo (Brasil, 2002-2015)



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD (2002 a 2015).

CAPÍTULO 03 – MIGRAÇÃO FEMININA E RETORNO SALARIAL

A caracterização produtiva e ocupacional das mulheres migrantes no Brasil entre 2002 e 2015 indica a provável existência de tríplice discriminação, no sentido de que elas podem sofrer segregação laboral por serem mulheres, pela cor de pele/raça e pelo status de migrante.

Neste capítulo é feita uma análise estatística com o intuito de mensurar os determinantes salariais nos mercados de trabalhador brasileiros entre 2002 e 2015. Ênfase especial é concedida à influência da condição de migração, sexo e cor dos indivíduos, pois o objetivo é testar a existência de retornos salariais negativos para mulheres migrantes pretas e pardas. São utilizados indicadores ocupacionais, de atividade e educacionais como variáveis de controle. O exercício é realizado por meio de um modelo de regressão com base na equação de determinação salarial proposta por Mincer (1974), considerando o viés de seleção amostral (relacionado, inclusive, à segmentação existente nos mercados de trabalho brasileiros). A estimação será realizada pelo ajuste de duas etapas proposto por Heckman (1979) para viés de seleção amostral.

3.1 Metodologia

A equação de determinação salarial adotada é derivada da proposta realizada por Mincer (1974). É importante destacar que a equação minceriana de determinação de salários é a base de uma ampla literatura empírica. Por exemplo, segundo Reis e Machado (2016), a magnitude da relação entre nível de escolaridade e salários tem sido amplamente estudada a partir da proposta de equação minceriana. A equação salarial é capaz de mensurar diferenciais salariais e os retornos proporcionados por determinadas características individuais, como escolaridade, condição de migração, realizando, simultaneamente, o controle de características observáveis e não observáveis.

A análise é extremamente interessante para a problemática proposta na monografia dadas as especificidades observadas entre grupos específicos, cujas tendências gerais, analisadas no Capítulo 02, evidenciam expressiva heterogeneidade em termos salariais. Será possível determinar em que medida a segmentação laboral por sexo e cor tem prejudicado o rendimento do trabalho de mulheres pretas e pardas, bem como se o retorno positivo da migração persiste para esse grupo de mulheres. Assim, a equação de determinação salarial é descrita pela fórmula (1):

$$\ln\left(\frac{\text{salário}}{\text{hora}}\right) = \beta_1 + \beta_2 \text{sexo}_i + \beta_3 \text{branca}_i + \beta_4 \text{idade}_i + \beta_5 \text{exp_prof}_i + \beta_6 \text{chefe}_i + \beta_7 \text{grupeduc}_i + \beta_8 \text{migrante}_i + \beta_9 \text{metropolitana}_i + \beta_{10} \text{formal}_i + \beta_{11} \text{dummies de controle (grupativ, grupocup ou interacoes)}_i + \varepsilon_i \quad (1)$$

As variáveis utilizadas na análise, todas construídas a partir dos microdados da PNAD para 2002 e 2015, estão descritas detalhadamente no Quadro 01. Na equação (1), ε_i representa o erro aleatório com $i=1, 2, 3, \dots, n$. Serão estimados 05 modelos com configurações específicas: Modelo 01 com *dummies* para os grupos de atividade econômica¹³, Modelo 02 com *dummies* para os grupos de ocupação¹⁴ e Modelos 03, 04 e 05 com a inclusão de variáveis de interações entre sexo, cor, escolaridade e condição de migração.

Ressalta-se que a análise dos determinantes salariais necessita incluir o controle de seleção amostral. Heckman (1979) discute o viés resultante do uso de amostras não aleatórias para estimar relações comportamentais. Segundo o autor, o viés de seleção amostral pode resultar de duas questões: a auto seleção pelos indivíduos que estão sendo analisados ou as decisões de seleção feitas pelos analistas. Ele exemplifica que ao considerar um migrante que opta entre um número de distintas possibilidades de local de destino, se a regra de auto seleção é migrar para a região com maior renda, a função de regressão será caracterizada pela mesma regra e poderá não representar uma estimativa confiável dos rendimentos (HECKMAN, 1979).

Assim, comparações entre salários de migrantes e não-migrantes resultam em um viés de estimação. Para tratar essa questão, os parâmetros do modelo de determinação salarial serão estimados por intermédio do modelo de seleção amostral de Heckman em dois estágios. O modelo permite o uso de uma combinação de técnicas simples de regressão (como os mínimos quadrados ordinários) para estimar funções comportamentais livres do viés de seleção no caso de amostras não aleatórias.

Assim, o modelo econométrico estimado assume, inicialmente, que as variáveis apresentam uma relação linear. A forma funcional é definida como:

$$\ln w_{it} = \beta_0 + \beta_1 X_{it} + \mu_{it} \quad (2)$$

¹³ Grupos de atividade: agrícola, indústria de transformação, outras indústrias, construção, comércio, alojamento, transporte, administração pública, educação e saúde, serviços domésticos e outros serviços.

¹⁴ Grupos de ocupação: dirigentes em geral, profissionais das ciências e das artes, técnicos de nível médio, trabalhadores de serviços administrativos, trabalhadores dos serviços, vendedores e prestadores dos serviços do comércio, trabalhadores agrícolas, trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção e membros das forças armadas e auxiliares.

Na qual $\ln w_{it}$ é o logaritmo do salário por hora (rendimento do trabalho principal/horas trabalhadas), X é um vetor de características individuais produtivas e não produtivas, μ é o termo de erro.

Em seguida, inclui-se uma variável de migração, que indica a condição de migração individual. Logo, o modelo será especificado como:

$$\ln w_{it} = y_0 + y_1 X_{it} + y_2 M_{it} + u_{it} \quad (3)$$

Espera-se que, devido ao viés de seleção, o termo de erro seja correlacionado com a condição de migração, ou seja, que existam características não observáveis que afetem tanto os salários quanto a probabilidade de migrar.

A equação anterior não pode ser estimada diretamente por MQO visto que M é uma variável relacionada ao logaritmo do salário, ou seja, a decisão de migrar é tomada com base nos ganhos esperados. Para contornar tal problema, recorre-se à chamada correção de Heckman (1979). Para a primeira etapa da correção, é utilizado um modelo para estimar a razão inversa de Mills (λ_{it}). Em seguida, a razão inversa de Mills é incluída na equação:

$$\ln w_{it} = \alpha X_{it} + \beta M_{it} + \gamma \lambda_{it} + z_{it} \quad (4)$$

Na qual X é um vetor de características produtivas e não produtivas, M é a variável indicadora de migração para a respectiva coorte, λ é a razão inversa de Mills e z é o termo de erro. Essa equação pode ser estimada por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO).

Quadro 1 - Descrição das variáveis

Variável	Nome	Descrição
ln_sal_hora	Salário por hora	Logarítmo natural do salário por hora do trabalhador.
sexo	Sexo	Dummy com valor igual a 1 se mulher e 0 caso contrário.
branca	Cor branca	Dummy com valor igual a 1 se o indivíduo é branco e 0 caso contrário.
idade	Idade	Idade em anos.
exp_prof	Experiência profissional	Proxy para experiência profissional, que é igual ao quadrado da idade do indivíduo.
chefe	Responsável pelo domicílio	Dummy com valor igual a 1 se o indivíduo é o responsável pelo domicílio e 0 caso contrário.
migrante	Condição de migração	Dummy com valor igual a 1 se migrante e 0 caso contrário. O critério de migração

		é o tempo de residência na UF (no máximo 04 anos).
grupeduc_0a3	Grupo de escolaridade 0 a 3 anos.	<i>Dummy</i> com valor igual a 1 em caso afirmativo e 0 caso contrário.
grupeduc_4a7	Grupo de escolaridade 4 a 7 anos.	<i>Dummy</i> com valor igual a 1 em caso afirmativo e 0 caso contrário.
grupeduc_8a10	Grupo de escolaridade 8 a 10 anos.	<i>Dummy</i> com valor igual a 1 em caso afirmativo e 0 caso contrário.
grupeduc_11a14	Grupo de escolaridade 11 a 14 anos.	<i>Dummy</i> com valor igual a 1 em caso afirmativo e 0 caso contrário.
grupeduc_15	Grupo de escolaridade 15 ou mais	<i>Dummy</i> com valor igual a 1 em caso afirmativo e 0 caso contrário.
metropolitana	Área Metropolitana	<i>Dummy</i> com valor igual a 1 se reside em área metropolitana e 0 caso contrário.
formal	Emprego formal	<i>Dummy</i> com valor igual a 1 em caso afirmativo e 0 caso contrário.
grupativ	Grupos de atividade	Conjunto de variáveis dummies indicadoras dos setores de atividade econômica.
grupocup	Grupos de ocupação	Conjunto de variáveis dummies indicadoras dos grupos ocupacionais.
domestico	Trabalho domestico	<i>Dummy</i> com valor igual a 1 em caso afirmativo e 0 caso contrário.
mulher_pparda	Mulher preta e parda	<i>Dummy</i> com valor igual a 1 em caso afirmativo e 0 caso contrário.
mulher_pparda_grupeduc_0a3	Mulher preta e parda com baixa escolaridade	<i>Dummy</i> com valor igual a 1 em caso afirmativo e 0 caso contrário.

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados da PNAD.

3.2 Análise dos resultados

A análise dos resultados das regressões para 2002 e 2015 permite mostrar que durante esses dois anos, algumas variáveis apontadas como de grande impacto no posicionamento no mercado de trabalho afetam significativamente o salário dos trabalhadores no Brasil. Em especial, destaca-se o sexo, a cor/raça, a condição de migrante, a chefia de domicílios, o emprego formal e o nível de educação. As estimativas dos modelos podem ser visualizadas nas Tabelas 03 a 07 no final da seção.

Percebe-se que em todos os modelos analisados, o sexo é uma variável muito importante na determinação dos salários. Como já havia sido apontado pela literatura e observado durante a análise do Capítulo 2, as mulheres tendem a receber salários inferiores aos homens. Nos modelos que incluem variáveis *dummies* indicadoras de setor de atividade ou ocupação, esse diferencial é de aproximadamente 40%. Por exemplo, no Modelo 01, ser mulher gera uma queda de 44,6% e 41,8% no logaritmo do salário/hora nos anos 2002 e 2015, respectivamente. Nos modelos sem esses controles, por exemplo, no Modelo 04, esse percentual é menor, representando uma diminuição de 28,4% em 2002 e 29,1% em 2015. Esse resultado

provavelmente está relacionado à ênfase nas variáveis de interseccionalidade entre sexo, cor e condição de migração. Apesar dos avanços relacionados à emancipação feminina e do aumento de sua participação nos mercados de trabalho no período recente, a segmentação laboral sexo persiste e pode gerar retornos salariais negativos.

Em relação à cor/raça, observa-se que ser branco tem sempre um impacto positivo nos salários e as estimativas são estatisticamente significativas a 1%, independente do ano ou modelo analisado. No Modelo 01, ser da cor/raça branca gera um aumento nos salários de 15,5% e 17,3% em 2002 e 2015, respectivamente. Há indícios de persistência da segmentação laboral por cor no Brasil a despeito das políticas de combate à pobreza e de inclusão educacional adotadas no período pós-2000. Interessa notar que a variável branca não é estatisticamente significativa no que se refere à migração (estágio 02), isto é, a cor/raça não parece afetar a probabilidade de um indivíduo ser migrante nos dois anos analisados.

A terceira variável analisada é a idade. É possível notar que a idade tem um impacto positivo, embora pequeno, sobre a determinação salarial. Apesar de ser estatisticamente significativa, a experiência profissional parece ter pouco efeito sobre a determinação salarial. Possivelmente um reflexo da *proxy* utilizada (idade elevada ao quadrado).

Ser chefe de domicílio é também uma variável que aparenta ter grande impacto sobre a determinação dos salários dos trabalhadores. Durante os dois anos analisados e em todos os modelos estimados, essa variável é estatisticamente significativa a 1%. Por exemplo, no modelo 01 ser chefe de domicílio gera um aumento de 34,9% no logaritmo do salário em 2002 e 19,3% em 2015. Embora não seja possível comparar diretamente os modelos por se tratar de uma análise *cross-section*, é interessante notar que a magnitude do coeficiente em 2002 para todos os modelos é maior do que a magnitude do mesmo em 2015, o que pode estar relacionado ao aumento da inserção ocupacional de cônjuges ou outras pessoas do domicílio (filhos e enteados, por exemplo).

As variáveis que tratam dos retornos à educação também são bastante importantes para a determinação salarial no Brasil (ou seja, a educação formal continua a ser um importante fator de diferenciação salarial). Observa-se que os coeficientes dessas variáveis são positivos e crescentes em relação ao nível de escolaridade, isso, é as variáveis *dummy* que indicam maior escolaridade possuem coeficientes com magnitude maior em todos os modelos, tanto para 2002 quanto para 2015, o que corrobora a existência de um prêmio educacional (ou efeito-diploma).

Em adição, observa-se um fenômeno interessante no que tange à relação entre as variáveis de educação e a probabilidade de ser migrante. Os grupos de educação

“intermediários” (entre 4 e 7 anos e entre 8 e 10 anos) possuem coeficientes com sinal negativo, enquanto os de escolaridade mais alta (entre 11 e 14 anos e 15 anos ou mais) possuem coeficientes com sinal positivo. É importante salientar que a categoria de referência é o grupo de escolaridade baixa (0 a 3 anos), ou seja, os resultados indicam que indivíduos de baixa escolaridade possuem maior probabilidade de migrar em comparação aos indivíduos de escolaridade intermediária. Uma provável justificativa para esse resultado refere-se ao fato de seus incentivos para o deslocamento estarem relacionados a condições de pobreza e miséria e às escassas oportunidades de emprego e renda nas localidades de origem (situação oposta à migração do capital humano), conforme salientam Lima al. (2016).

A variável metropolitana é estaticamente significativa a 1% para todos os anos e modelos analisados. Ela é positiva e os coeficientes para o Modelo 01, por exemplo, são de 0,125 em 2002 e 0,147 em 2015. Isto é, residir em região metropolitana em 2002 e 2015 parece ter um impacto positivo sobre o salário dos trabalhadores. Esse resultado corrobora a ideia de que existe um prêmio salarial urbano.

Observa-se também que a variável indicadora de emprego formal parece ser muito importante na determinação salarial. Ela é positiva em todos os anos e modelos, indicando que o emprego formal aumenta o salário durante os anos analisados. Nota-se que, no Modelo 02, a formalização dos migrantes aumenta em 40,3% o logaritmo dos salários no ano de 2002 e 41,2% no ano de 2015.

Ademais, é possível perceber que a razão inversa de Mills é estatisticamente significativa a 1% em todos os cinco modelos estimados, para os dois anos. Consequentemente, demonstra-se a existência de viés de seleção amostral, justificando o uso da correção em duas etapas de Heckman para a realização dos modelos de estimação.

A especificidade do Modelo 01, no tangente ao emprego, refere-se às variáveis *dummy* que indicam setor de atividade. Percebe-se que todas essas variáveis são estatisticamente significativas a 1% e positiva nos dois anos analisados. Os setores de atividade que possuem coeficientes com maiores magnitudes (em comparação à categoria de referência – agrícola) estão concentrados nos serviços, especialmente administração pública (1,345 em 2002 e 1,561 em 2015) educação e saúde (1,333 em 2002 e 1,372 em 2015). Já os setores de atividade com menores coeficientes são o alojamento (0,850 em 2002 e 1,036 em 2015) e construção civil (0,979 em 2002 e 1,146 em 2015).

Alternativamente, o Modelo 02 considera variáveis *dummy* que se referem ao setor de ocupação. Todas elas são estaticamente significativas e positivas, em 2002 e 2015, e parecem

ser bastante importantes para a determinação dos salários dos migrantes. Destaca-se que o setor dos vendedores é o que possui menores coeficientes (0,998 em 2002 e 1,087 em 2015), enquanto o de dirigentes possui os maiores coeficientes (1,633 em 2002 e 1,609 em 2015), ambos em comparação com a categoria de referência trabalho agrícola.

É importante ressaltar que a dificuldade de inserção das mulheres, especialmente as pretas e pardas, nos setores e ocupações que fornecem os maiores retornos salariais (verificada na análise descritiva realizada no Capítulo 02) evidencia que seu processo de inserção ocupacional tende a ser desfavorável, com consequências expressivas sobre a composição da sua renda.

Os Modelos 03, 04 e 05 possuem ênfase na inclusão de variáveis indicadoras de interações entre sexo, cor, nível educacional e migração. O Modelo 03 possui ainda a variável doméstico, uma *dummy* que indica trabalhadores domésticos. Essa variável é estatisticamente significativa para os dois períodos analisados e positiva, sendo seu sinal inesperado. Possivelmente, a forma como a variável foi construída, incluindo trabalhadores domésticos formalizados, pode explicar em parte esse resultado.

Sobre as variáveis de interações, o Modelo 03 inclui variável um indicador para mulheres pretas e pardas. Seu coeficiente é negativo e significativo para os anos analisados (-0,170 em 2002 e -0,410 em 2015). Esse resultado reforça a análise do Capítulo 2 e enfatiza que as mulheres pretas e pardas possuem uma situação de grande vulnerabilidade ocupacional.

O Modelo 04 utiliza uma variável *dummy* que combina mulheres pretas e pardas de baixo nível de escolaridade (entre 0 e 3 anos). Suas estimativas são negativas e significativas para os dois anos analisados, indicando que essas mulheres estão altamente sujeitas a menores salários, possivelmente devido à segregação sofrida por elas no mercado de trabalho, tendência também apontada no Capítulo 2.

Por fim, o Modelo 05 inclui uma variável *dummy* para captar o retorno salarial para mulheres pretas e pardas migrantes. De forma geral, a migração, conforme ressaltado na revisão teórica e a partir da variável *migrante* dos modelos estimados, gera retornos salariais positivos. A expectativa é avaliar se a efetivação do deslocamento pode minimizar a situação de vulnerabilidade das mulheres pretas e pardas. Os resultados encontrados indicam que essa possibilidade é pouco provável, pois as estimativas para 2002 não são significativas e o coeficiente para 2015 é negativo (-0,058) e significativo a 10%. Provavelmente o deslocamento de mulheres pretas e pardas está vinculado a condições desfavoráveis na origem e sua baixa qualificação inviabiliza uma inserção ocupacional/produziva competitiva nas regiões de

destino. A análise indica que essas mulheres sofrem tríplice discriminação no mercado de trabalho: sua cor/raça intersecciona com seu *status* de migrante e sexo, de tal forma que esse grupo está mais sujeito à inserção em serviços de maior precariedade e vulnerabilidade social e, conseqüentemente, possui retornos salariais negativos.

Tabela 3 - Modelo 01 de determinação salarial com controle de seletividade de Heckman (Brasil, 2002/2015)

	2002	2015	2002	2015
	Estágio 01 (variável dependente = ln_salario_hora)		Estágio 02 (variável dependente = migrante)	
sexo	-0,446*** (0,008)	-0,418*** (0,008)	-0,612*** (0,006)	-0,682*** (0,006)
branca	0,155*** (0,005)	0,173*** (0,005)	0,001 (0,006)	-0,001 (0,006)
idade	0,064*** (0,002)	0,045*** (0,002)	0,143*** (0,001)	0,177*** (0,001)
exp_prof	-0,001*** (0,0000)	-0,000*** (0,000)	-0,002*** (0,000)	-0,002*** (0,000)
chefe	0,349*** (0,007)	0,193*** (0,005)	0,487*** (0,008)	0,294*** (0,007)
grupeduc_4a7	0,170*** (0,007)	0,138*** (0,009)	-0,013* (0,008)	0,154*** (0,010)
grupeduc_8a10	0,320*** (0,008)	0,243*** (0,009)	-0,056*** (0,009)	0,162*** (0,010)
grupeduc_11a14	0,660*** (0,008)	0,385** (0,009)	0,192*** (0,009)	0,370*** (0,009)
grupeduc_15	1,493*** (0,012)	1,028*** (0,012)	0,469*** (0,015)	0,640*** (0,012)
migrante	0,086*** (0,011)	0,140*** (0,013)		
metropolitana	0,125*** (0,005)	0,147*** (0,005)		
formal	0,401*** (0,005)	0,435*** (0,005)		
ind_outras	1,199*** (0,026)	1,322*** (0,026)		
ind_transf	1,067*** (0,009)	1,084*** (0,010)		
construcao	0,979*** (0,010)	1,146*** (0,010)		
comercio	1,032*** (0,008)	1,060*** (0,009)		
alojamento	0,850*** (0,013)	1,036** (0,012)		
transporte	1,115*** (0,012)	1,120*** (0,012)		
adm_pub	1,345*** (0,012)	1,516*** (0,013)		
educ_saude	1,333*** (0,011)	1,372*** (0,011)		
serv_domest	1,223*** (0,010)	1,322*** (0,011)		
serv_outros	1,269*** (0,013)	1,323*** (0,013)		
_const	0,017 (0,035)	0,776*** (0,043)	-1,845*** (0,021)	-2,797*** (0,023)
Mills				
athrho	-0,068*** (0,018)	-0,069*** (0,017)	Observações 2002 = 238.300	
lnsigma	-0,130*** (0,002)	-0,126*** (0,002)	Observações não censuradas 2002 = 148.982	
rho	-0,068*** (0,018)	-0,069*** (0,017)	Observações censuradas 2002 = 89.318	
sigma	0,878 (0,002)	0,881 (0,001)	Observações 2015 = 232.119	
lambda	-0,059 (0,016)	-0,061 (0,015)	Observações não censuradas 2015 = 142.161	
			Observações censuradas 2015 = 89.958	
			Prob > chi2 = 0,000	

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2002 e 2015.

(***) Variável significativa a 1%; (**) Variável significativa a 5%; (*) Variável significativa a 10%.

Desvio-padrão entre parênteses.

Categorias de referência: grupeduc_0a3, setor agrícola e trabalho agrícola.

Tabela 4 - Modelo 02 de determinação salarial com controle de seletividade de Heckman (Brasil, 2002/2015)

	2002	2015	2002	2015
	Estágio 01 (variável dependente = ln_salario_hora)		Estágio 02 (variável dependente = migrante)	
sexo	-0,393*** (0,007)	-0,388*** (0,007)	-0,612*** (0,006)	-0,681** (0,006)
branca	0,135*** (0,005)	0,150*** (0,005)	0,000 (0,006)	-0,001 (0,006)
idade	0,062*** (0,002)	0,047*** (0,002)	0,143*** (0,001)	0,177*** (0,001)
exp_prof	-0,001*** (0,000)	-0,000*** (0,000)	-0,002*** (0,000)	-0,002*** (0,000)
chefe	0,338*** (0,007)	0,192*** (0,005)	0,487*** (0,007)	0,295*** (0,007)
grupeduc_4a7	0,161*** (0,006)	0,135*** (0,009)	-0,126* (0,008)	0,154*** (0,010)
grupeduc_8a10	0,285*** (0,008)	0,228*** (0,009)	-0,056*** (0,009)	0,162*** (0,010)
grupeduc_11a14	0,550*** (0,008)	0,335*** (0,009)	0,192*** (0,009)	0,369*** (0,009)
grupeduc_15	1,238*** (0,013)	0,840*** (0,012)	0,469*** (0,015)	0,641*** (0,012)
migrante	0,070*** (0,010)	0,121*** (0,013)		
metropolitana	0,120*** (0,005)	0,137*** (0,005)		
formal	0,403*** (0,005)	0,412** (0,005)		
dirigentes	1,633*** (0,127)	1,609*** (0,014)		
ciencias_artes	1,568*** (0,014)	1,665*** (0,013)		
tecnicos_medio	1,479*** (0,114)	1,453*** (0,122)		
trab_serv_adm	1,187*** (0,012)	1,210*** (0,012)		
trab_serv	1,112*** (0,008)	1,209*** (0,009)		
vendedores	0,998*** (0,009)	1,087*** (0,010)		
trab_producao	1,035*** (0,007)	1,129*** (0,008)		
forcas_armadas	1,493** (0,023)	1,753*** (0,023)		
_const	0,060* (0,033)	0,739*** (0,041)	-1,845*** (0,212)	-2,797*** (0,023)
Mills				
athrho	-0,073*** (0,017)	-0,067*** (0,016)	Observações 2002 = 238.300	
lnsigma	-0,138*** (0,002)	-0,132*** (0,002)	Observações não censuradas 2002 = 148.982	
rho	-0,072*** (0,017)	-0,067*** (0,016)	Observações censuradas 2002 = 89.318	
sigma	0,871 (0,002)	0,876 (0,002)	Observações 2015 = 232.119	
lambda	-0,063 (0,015)	-0,059*** (0,014)	Observações não censuradas 2015 = 142.161	
			Observações censuradas 2015 = 89.958	
			Prob > chi2 = 0,000	

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2002 e 2015.

(***) Variável significativa a 1%; (**) Variável significativa a 5%; (*) Variável significativa a 10%.

Desvio-padrão entre parênteses.

Categorias de referência: grupeduc_0a3, setor agrícola e trabalho agrícola.

Tabela 5 - Modelo 03 de determinação salarial com controle de seletividade de Heckman (Brasil, 2002/2015)

	2002	2015	2002	2015
	Estágio 01 (variável dependente = ln_salario_hora)		Estágio 02 (variável dependente = migrante)	
sexo	-0,381*** (0,009)	-0,347** (0,009)	-0,612*** (0,006)	-0,681*** (0,006)
branca	0,138*** (0,006)	0,153*** (0,007)	0,001 (0,006)	-0,001 (0,006)
mulher_pparda	-0,170* (0,010)	-0,410*** (0,010)		
idade	0,758*** (0,001)	0,507*** (0,002)	0,143*** (0,001)	0,177*** (0,001)
exp_prof	-0,001*** (0,000)	-0,001*** (0,000)	-0,002*** (0,000)	-0,002*** (0,000)
chefe	0,389*** (0,007)	0,205*** (0,006)	0,487*** (0,007)	0,295*** (0,007)
grupeduc_4a7	0,366*** (0,007)	0,310*** (0,009)	-0,013* (0,008)	0,154*** (0,010)
grupeduc_8a10	0,650*** (0,008)	0,522*** (0,010)	-0,056*** (0,009)	0,162*** (0,010)
grupeduc_11a14	1,065*** (0,008)	0,765*** (0,009)	0,191*** (0,009)	0,369*** (0,009)
grupeduc_15	1,966*** (0,012)	1,534*** (0,011)	0,468*** (0,015)	0,640*** (0,012)
migrante	0,114*** (0,012)	0,162*** (0,014)		
metropolitana	0,287*** (0,005)	0,289*** (0,005)		
formal	0,601*** (0,005)	0,588*** (0,005)		
domestico	0,405*** (0,009)	0,392*** (0,010)		
_const	0,275*** (0,031)	1,218*** (0,041)	-1,844*** (0,021)	-2,796*** (0,023)
Mills				
athrho	-0,051*** (0,013)	-0,048*** (0,014)	Observações 2002 = 238.300	
lnsigma	-0,049*** (0,002)	-0,048*** (0,002)	Observações não censuradas 2002 = 148.982	
rho	-0,051*** (0,013)	-0,048*** (0,014)	Observações censuradas 2002 = 89.318	
sigma	0,951 (0,002)	0,953 (0,002)	Observações 2015 = 232.119	
lambda	-0,048 (0,013)	-0,046 (0,014)	Observações não censuradas 2015 = 142.161	
			Observações censuradas 2015 = 89.958	
			Prob > chi2 = 0,000	

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2002 e 2015.

(***) Variável significativa a 1%; (**) Variável significativa a 5%; (*) Variável significativa a 10%.

Desvio-padrão entre parênteses.

Categorias de referência: grupeduc_0a3, setor agrícola e trabalho agrícola.

Tabela 6 - Modelo 04 de determinação salarial com controle de seletividade de Heckman (Brasil, 2002/2015)

	2002	2015	2002	2015
	Estágio 01 (variável dependente = ln_salario_hora)		Estágio 02 (variável dependente = migrante)	
sexo	-0,284*** (0,007)	-0,291*** (0,007)	-0,611*** (0,006)	-0,681*** (0,005)
branca	0,124*** (0,005)	0,157*** (0,005)	0,001 (0,006)	-0,001 (0,006)
idade	0,077*** (0,001)	0,054*** (0,002)	0,143*** (0,001)	0,177*** (0,001)
exp_prof	-0,001*** (0,000)	-0,001*** (0,000)	-0,002*** (0,000)	-0,002*** (0,000)
chefe	0,401*** (0,007)	0,213*** (0,006)	0,487*** (0,007)	0,295*** (0,006)
grupeduc_4a7	0,328*** (0,008)	0,260*** (0,010)	-0,013*** (0,008)	0,153*** (0,009)
grupeduc_8a10	0,593*** (0,009)	0,462*** (0,010)	-0,057*** (0,009)	0,161*** (0,010)
grupeduc_11a14	0,978*** (0,009)	0,681*** (0,010)	0,190*** (0,009)	0,368*** (0,009)
grupeduc_15	1,868*** (0,012)	1,431*** (0,012)	0,467*** (0,015)	0,639*** (0,012)
migrante	0,125*** (0,012)	0,166*** (0,014)		
metropolitana	0,304*** (0,005)	0,300*** (0,005)		
formal	0,592*** (0,005)	0,569*** (0,005)		
mulher_pparda_grup educ_0a3	-0,176*** (0,013)	-0,255*** (0,018)		
_const	0,307*** (0,031)	1,211*** (0,040)	-1,843*** (0,021)	-2,796*** (0,023)
Mills				
athrho	-0,039*** (0,013)	-0,033** 0,140	Observações 2002 = 238.300	
lnsigma	-0,044*** (0,002)	-0,043*** (0,001)	Observações não censuradas 2002 = 148.982	
rho	-0,039 (0,013)	-0,033 (0,014)	Observações censuradas 2002 = 89.318	
sigma	0,957 (0,002)	0,957 (0,002)	Observações 2015 = 232.119	
lambda	-0,037 (0,012)	-0,032 (0,013)	Observações não censuradas 2015 = 89.958	
			Observações censuradas 2015 = 142.161	
			Prob > chi2 = 0,000	

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2002 e 2015.

(***) Variável significativa a 1%; (**) Variável significativa a 5%; (*) Variável significativa a 10%.

Desvio-padrão entre parênteses.

Categorias de referência: grupeduc_0a3, setor agrícola e trabalho agrícola.

Tabela 7 – Modelo 05 de determinação salarial com controle de seletividade de Heckman (Brasil, 2002/2015)

	2002	2015	2002	2015
	Estágio 01 (variável dependente = ln_salario_hora)		Estágio 02 (variável dependente = migrante)	
sexo	-0,307*** (0,007)	-0,308*** (0,007)	-0,612*** (0,006)	-0,682*** (0,006)
branca	0,138*** (0,005)	0,165*** (0,005)	0,001 (0,006)	-0,001 (0,006)
idade	0,076*** (0,002)	0,054*** (0,002)	0,143*** (0,001)	0,177*** (0,001)
exp_prof	-0,001*** (0,000)	-0,001*** (0,000)	-0,002*** (0,000)	-0,002*** (0,000)
chefe	0,403*** (0,007)	0,212*** (0,006)	0,487*** (0,008)	0,295*** (0,007)
grupeduc_4a7	0,368*** (0,007)	0,318*** (0,009)	-0,013*** (0,008)	0,154*** (0,010)
grupeduc_8a10	0,633*** (0,008)	0,521*** (0,010)	-0,056*** (0,009)	0,162*** (0,010)
grupeduc_11a14	1,018*** (0,008)	0,740*** (0,010)	0,191*** (0,009)	0,368*** (0,009)
grupeduc_15	1,908*** (0,012)	1,490*** (0,012)	0,468*** (0,015)	0,640*** (0,012)
migrante	0,123*** (0,013)	0,178*** (0,016)		
metropolitana	0,304*** (0,005)	0,300*** (0,005)		
formal	0,592*** (0,006)	0,570*** (0,006)		
mulher_pparda_migrante	0,014 (0,030)	-0,058* (0,035)		
_const	0,284*** (0,031)	1,173*** (0,041)	-1,844*** (0,021)	-2,797*** (0,023)
Mills				
athrho	-0,042*** (0,013)	-0,041*** 0,014	Observações 2002 = 238.300	
lnsigma	-0,043*** (0,002)	-0,043*** (0,002)	Observações não censuradas 2002 = 148.982	
rho	-0,042 (0,013)	-0,041 (0,014)	Observações censuradas 2002 = 89.318	
sigma	0,958 (0,002)	0,958 (0,002)	Observações 2015 = 232.119	
lambda	-0,041 (0,012)	-0,039 (0,014)	Observações não censuradas 2015 = 89.958	
			Observações censuradas 2015 = 142.161	
			Prob > chi2 = 0,000	

Fonte: elaboração própria a partir dos microdados da PNAD 2002 e 2015.

(***) Variável significativa a 1%; (**) Variável significativa a 5%; (*) Variável significativa a 10%.

Desvio-padrão entre parênteses.

Categorias de referência: grupeduc_0a3, setor agrícola e trabalho agrícola.

De forma geral, os modelos analisados corroboram a literatura existente. Nesse sentido, os modelos apontam que, como esperava-se, ser mulher reduz o salário, enquanto ser branco, ser migrante, ter maior escolaridade, ser chefe de família e ter um emprego formal aumenta os retornos ao trabalho. Destaca-se, ainda, que a interação entre ser mulher e da cor preta/parda tem impacto negativos e importante sobre a determinação dos salários no Brasil e que as migrantes que, para além de serem pretas e pardas possuem baixa escolaridade (entre 0 e 3

anos), tendem a possuir salários mais baixos, estando em maior posição de vulnerabilidade social e laboral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A monografia analisou a inserção das migrantes brasileiras nos mercados de trabalho entre 2002 e 2015. Objetivou entender se existe um processo de feminização da migração no Brasil, compreender as distinções entre as migrantes de diferentes cores/raças e verificar se existe segregação laboral das migrantes brasileiras.

Para isso, foi realizada, inicialmente, uma análise descritiva dos microdados da PNAD no período 2002-2015. Os dados ficaram limitados a indivíduos com idade entre 15 e 65 anos, excluindo-se os indivíduos que se declararam amarelos e indígenas, bem como os indivíduos residentes em domicílios improvisados, coletivos ou sem chefe.

Observou-se que a proporção de migrantes diminuiu durante os anos e que a seletividade por sexo, que havia diminuído na primeira metade da década de 2000, voltou a crescer a partir de 2006. Notou-se ainda um aumento dos indivíduos migrantes pretos e pardos em detrimento dos brancos e uma expansão significativa das mulheres migrantes chefes de domicílio.

No que se refere à educação dos migrantes, foi observado que as mulheres possuem maiores níveis de escolaridade que os homens da mesma cor/raça. Constatou-se, também, uma grande disparidade nos níveis de escolaridade entre migrantes brancos e pretos e pardos.

No tangente à ocupação foi possível perceber que o percentual de migrantes femininas inativas e desocupadas é consideravelmente maior do que o mesmo para migrantes do sexo masculino. Em adição, as migrantes possuem maiores níveis de informalidade que os homens, porém essa diferença cai de forma acelerada a partir de 2009.

A análise dos dados indicou também que homens e mulheres migrantes desempenham atividades tipicamente associadas aos seus sexos. Verificou-se ainda que as migrantes brasileiras estão menos concentradas em um número pequeno de atividades do que os migrantes do sexo masculino e que o percentual de migrantes femininas ocupadas nos serviços domésticos se reduz a metade ao longo do período analisado.

No que se refere à renda, foi possível perceber que as migrantes femininas possuem rendimentos em média menores que dos migrantes da mesma cor/raça e que os migrantes brancos possuem rendimentos superiores aos migrantes pretos e pardos.

Observou-se, ademais, que as mulheres representam 92% dos migrantes inseridos no trabalho doméstico no Brasil e que as mulheres pretas e pardas são o grupo mais representado nessa ocupação. Os dados informam que as mulheres migrantes que trabalham nos serviços

domésticos estão mais sujeitas à informalidade que as não-migrantes e que a idade média dessas trabalhadoras cresceu aproximadamente 6 anos no período analisado.

No Capítulo 3 foram realizados cinco exercícios de regressão com base nas equações de Mincer (1976), fazendo uso do método proposto por Heckman (1979) para correção de viés amostral. Em todos os modelos são analisados dois anos, 2002 e 2015.

Os resultados desses modelos foram consistentes com a discussão de literatura e análise empírica realizadas anteriormente. Salienta-se que fatores como sexo, cor/raça, nível de escolaridade, chefia de domicílio e formalização são importantes na determinação salarial dos migrantes internos no Brasil. Assim, os coeficientes negativos e de magnitude relevante para sexo apontam que ser mulher reduz o salário, ao passo que os coeficientes positivos para *dummies* de cor/raça, condição de migrante, chefia de domicílios e formalização indicam que ser branco, migrante, chefe de domicílio ou possuir emprego formal tende a aumentar o salário.

Interessa destacar, por último, que os coeficientes negativos e expressivos obtidos para as variáveis de interação entre mulher e cor, bem como mulher, cor e escolaridade, ajudam a corroborar a hipótese já enfatizada que as migrantes pretas e pardas, especialmente aquelas com menor grau de instrução, estão sujeitas a condições de vulnerabilidade social e ocupacional. Ou seja, a migração para essas mulheres não é capaz quebrar o ciclo vicioso da pobreza. Esses resultados indicam a importância de políticas públicas que estimulem a empregabilidades de mulheres pretas e pardas no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOYD, M & GRIECO, E. Women and Migration: Incorporating gender into international migration theory. **Migration Policy Institute**. Washington, 2003.

BRUNO, M., SILVA, V., MARTINS, F. “Nossa lei é a que vale”: com mais de 70% das domésticas na informalidade, condições de empregadores prevalecem sobre a PEC. Gênero e número média, 2020. Disponível em: <http://www.generonumero.media/nossa-lei-e-que-vale-com-mais-de-70-das-domesticas-na-informalidade-condicoes-de-empregadores-prevalecem-sobre-pec/>. Acesso em: 08 de março de 2021.

CRENSHAW, K. “Documento para encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”, **Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DAVIS, A. As mulheres negras na construção de uma nova utopia. **Portal Geledés**, 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>. Acesso em: 30 de dezembro de 2020.

DE HAAS, H. "Turning the Tide? Why Development Will Not Stop Migration", **Development and Change**, v. 38, n. 5, p. 819–841, 2007.

DONATO, K. M., GABACCIA, D., HOLDAWAY, J., *et al.* "A glass half full? Gender in migration studies", **International Migration Review**, v. 40, n. 1, p. 3–26, fev. 2006. doi: <https://doi.org/10.1111%2Fj.1747-7379.2006.00001.x>

DUTRA, D. "Mulheres, migrantes, trabalhadoras: a segregação no mercado de trabalho", **Rev. Inter. Mob. Hum**, v. 40, n. 1, p. 177–193, 2013. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/rel>.

FARIA, G., FERREIRA, M., PAULA, A. "Desinvizibilizando as mulheres em contexto migratório interno": interfaces entre migração, trabalho e gênero, Anais do XVII Seminário sobre a Economia Mineira, p.173-193, 2016.

FRANÇA, T. "Entre reflexões e práticas: feminismos e militância nos estudos migratórios", **e-cadernos CES**, n. 18, 1 dez. 2012. doi: <https://doi.org/10.4000/eces.1527>

GALLOTTI, M. **Migrant Domestic Workers Across the World: global and regional estimates**. 1. ed. Geneva, International Labour Organization, 2015. v. 1. Disponível em: www.ilo.org/publns.

GUIMARÃES, N. A., HIRATA, H. S., SUGITA, K. "Cuidado e cuidadoras: o trabalho de care no Brasil, França e Japão", **Sociologia & Antropologia**, v. 1, n. 1, p. 151–180, 2011.

HAMILTON, E. R. "Gendered disparities in Mexico-U.S. migration by class, ethnicity, and geography", **Demographic Research**, v. 32, n. 1, 2015. doi: <https://dx.doi.org/10.4054/DemRes.2015.32.17>

HECKMAN, J. T. "Sample Selection Bias as Specification Error", **Econometrica**, v.47, n.1, p. 153-161, 1979.

HONDAGNEU-SOTELO, P. "Estudios de género y migración: una revision desde la perspectiva del siglo XXI, **Migraciones Internacionales**, v. 6, n.1, p. 219-234, 2011. Doi: <https://doi.org/10.23854/autoc.v2i1.77>

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2002 a 2015 – documentação dos microdados da amostra. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=microdados>. Acesso em: 08 de março de 2021.

ILO. **Care work and care jobs for the future of decent work**. 1. ed. Geneva, International Labour Organization, 2018. v. 1. Disponível em: www.ilo.org/publns.

KING-DEJARDIN, A. **The social construction of migrant care: at the intersection of care, migration and gender**. 1. ed. Geneva, International Labour Organization, 2019. v. 1. Disponível em: www.ilo.org/publns.

LIMA, A., SIMÕES, R., HERMETO, A. “Desenvolvimento regional, hierarquia urbana e condição de migração individual no Brasil entre 1980 e 2010”. **EURE**, v.4, n.127, p. 55-85, 2016.

LISBOA, T. “Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo: a globalização da assistência”. **Estudos Feministas**, v.15, n.3, p.805-821, 2007.

LEE, E. S. "A Theory of Migration", **Demography**, v. 3, n. 1, p. 47–57, 1966.

MASSEY, D. S., ARANGO, J., HUGO, G., *et al.* "Theories of International Migration: A Review and Appraisal", **Population and Development Review**, v. 19, n. 3, p. 431–466, 2000.

M.E.

MINCER, J. Schooling, experience, and earnings. **National Bureau of Economic Research: Columbia University Press**, New York, 1974

MOROKVASIC, M. "Birds of passage are also women...", **International Migration Review**, v. 18, n. 4, p. 886–907, 1984.

MOROKVAŠIĆ, M. "Gendering Migration", **Migracijske i etničke teme / Migration and Ethnic Themes**, v. 30, n. 3, p. 355–378, 2015. doi: 10.11567/met.30.3.4. Disponível em: http://hrcak.srce.hr/index.php?show=clanak&id_clanak_jezik=200184.

PARELLA RUBIO, S., "Segregación laboral y “vulnerabilidad social” de la mujer inmigrante a partir de la interacción entre clase social, género y etnia". In: FLAQUER, L., SOLÉ, C. (Org.), El uso de las políticas sociales por las mujeres inmigrantes, Madrid, Instituto de la Mujer. Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales, 2005. p. 97–136.

PERES, R. G., BAENINGER, R. "**Migração Feminina: um debate teórico e metodológico no âmbito dos estudos de gênero**". In: XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Águas de Lindóia/SP – Brasil, de 19 a 23 de novembro de 2012. p. 1–16.

PESSAR, P. R., MAHLER, S. J. "Transnational Migration: Bringing Gender In", **International Migration Review**. v. 37, n. 3, p. 812–846, 2003.

PISCITELLI, A. "Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras", **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, p. 263–274, 2008.

RAVENSTEIN, E. G. "The Laws of Migration", **Journal of the Statistical Society of London**, v. 48, n. 2, p. 167–235, 1885.

REIS, M., MACHADO, D. "Uma análise dos rendimentos do trabalho entre indivíduos com ensino superior no Brasil". **Economia Aplicada**. v. 20, n. 4, p.415-439, 2016.

RODRIGUES, T. "Cuidado e trabalho doméstico: o contexto das imigrantes latino-americanas na Espanha". 2017. **Anais [...]** Florianópolis, [s.n.], 2017. p. 1–10.

SASSEN, S. "Women's Burden: Counter-Geographies of Globalization and the Feminization of Survival", **Nordic Journal of International Law**, v. 71, n. 2, p. 255–274, 2002. DOI: 10.1163/157181002761931378. Disponível em: https://brill.com/view/journals/nord/71/2/article-p255_2.xml.

SJAASTAD, L. A. "The Costs and Returns of Human Migration", **Source: The Journal of Political Economy**, v. 70, n. 5, p. 80–93, 1962.

STARK, O., BLOOM, D. E. "The New Economics of Labor Migration", **The American Economic Review**, v. 75, n. 2, p. 173–178, 1985.

STARK, O., TAYLOR, J. E. "Migration Incentives, Migration Types: The Role of Relative Deprivation", **The Economic Journal**, v. 101, n. 408, p. 1163–1178, 1991.

TAYLOR, J. E. "International Migration and Economic Development". 28 jun. 2006. **Anais** [...] Turin, Department of Economic and Social Affairs, 28 jun. 2006. p. 1–29.

TAYLOR, J. E. "The New Economics of Labour Migration and the Role of Remittances in the Migration Process", **International Migration**, v. 37, n. 1, p. 64-88, 1999.

VALENZUELA, ME., SCURO, M.L., TRIGO, I.L. "Desigualdad, Crisis de los cuidados y trabajo domestico remunerado em América Latina", **serie Asuntos de Género**, n.158, Santiago, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL,2020).